

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA**

BEATRIZ SILVA FREITAS

SILÊNCIO E CENSURA:
a biblioteca da Universidade de Brasília nos anos de chumbo da ditadura militar

**GOIÂNIA
2016**

BEATRIZ SILVA FREITAS

SILÊNCIO E CENSURA:

a biblioteca da Universidade de Brasília nos anos de chumbo da ditadura militar

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Biblioteconomia apresentado à Faculdade de Comunicação e Informação da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do título de Bacharel (a) em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Andrea Pereira dos Santos

GOIÂNIA
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Freitas, Beatriz Silva.

F866r Silêncio e censura: a biblioteca da Universidade de Brasília nos anos de chumbo da ditadura militar [manuscrito] / Beatriz Silva Freitas. – Goiânia : Universidade Federal de Goiás, 2016.
59 f. ; enc.

Orientadora: Prof. Dr^a. Andrea Pereira dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2016.

1. Biblioteconomia. 2. Ditadura. 3. UnB. I. Santos, Andrea Pereira dos. II. Título.

CDU: 321.64:02

BEATRIZ SILVA FREITAS

SILENCIO E CENSURA:

a biblioteca da Universidade de Brasília nos anos de chumbo da ditadura militar

Monografia apresentada junto ao Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia. Aprovada em 08 / 12 / 16 pela banca examinadora composta pelos professores:

Prof. Dra. Andrea Pereira dos Santos
Orientadora

Prof. Dra. Maria de Fátima Garbelini
Membro da banca

Para os subversivos, revolucionários, rebeldes, os que transformam e perturbam a ordem e os conceitos. Aos que tentam, tentaram, aos que fazem, fizeram, aos que acreditam,
Com carinho.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, professora Andrea, por ter segurado minha mão quando eu realmente precisava. Não fosse por ela, esta pesquisa não teria sido concluída, bem como, provavelmente, minha graduação na biblioteconomia.

Ao meu amor, Thom, pelos longos debates que, na mesma proporção que me inflamavam pela discordância dele em diversos pontos, me motivavam. Também pela paciência e todas as mensagens que me salvaram das intermináveis horas frente à tela do notebook.

Aos três bibliotecários e gigantes nomes da biblioteconomia que se dispuseram, de tão bom grado, a tirar a ideia do projeto de meus devaneios e possibilitaram material para dar segmento efetivo à pesquisa.

A todos que me disponibilizaram deliberadamente material sobre ditadura militar no Brasil. Esses que ao lerem/assistirem/verem material sobre o tema, o compartilhavam comigo, geralmente mandando mensagens como “lembrei de ti”, foram combustíveis essenciais desta minha apaixonada realização. Porque sem tesão não há solução.

Obrigada!

“ A pior democracia é preferível à melhor das ditaduras”

- Ruy Barbosa

“ A cultura assusta muito. É uma coisa apavorante para os ditadores. Um povo que lê nunca será um povo de escravos”

- Antônio Lobo Antunes

RESUMO

O trabalho trata sobre a influência da ditadura militar no Brasil para as atividades na biblioteca da Universidade de Brasília, com ênfase nos anos de chumbo (1968 – 1974), onde censura e repressão foram vividas em maior intensidade. A pesquisa foi norteadada a partir de entrevistas com bibliotecários da Universidade no período, retomando as lembranças dos mesmos sobre as censuras ocorridas, bem como outras situações alavancadas pela interferência da tomada de poder pelos militares. A proposta fez-se necessária com a finalidade de entender quais as marcas deixadas na educação, perpassando pela biblioteca e, sem pretensão, identificar esses rastros no modelo educacional vigente. Para fins de conclusão, foi apresentada uma análise dos discursos expostos e pontuações críticas sobre os ganhos e percas da biblioteca da UnB na fase pesquisada.

Palavras-Chave: Censura em biblioteca. Universidade de Brasília. Ditadura militar. Biblioteca universitária.

ABSTRACT

This work is about the influence of the military dictatorship in Brazil for the library activities in the library of UnB, with emphasis in the years of lead (1968 – 1974), where censorship and repression had been lived in greater intensity. The research was guided through interviews with librarians of the university at that time, recovering their memories on the censures that occurred and other situations leveraged by the interference of the seizure of power by the military. The proposal was necessary in order to understand what the marks left in education were, passing the library and, without pretention, identify these tracks in the current educational model. For completion purposes, it was presented an analysis of exposed speeches and critical marks of the gains and losses of the UnB library in the searched phase.

Key-Words: Library censorship. University of Brasília. Military dictatorship.
University library

LISTA DE SIGLAS

ADUnB - Associação dos Docentes da Universidade de Brasília

AI-5 - Ato Institucional Número 5

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEPLAN - Centro de Planejamento da Universidade de Brasília

CERLALC - Comitê Executivo do Centro de estudos para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe

CFB - Conselho Federal de Biblioteconomia

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DOI-Codi - Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

FGV – Fundação Getúlio Vargas

INL- Instituto Nacional do Livro

IPMs - Inquéritos Policiais-Militares

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

SNI - Serviço Nacional de Informações

UnB - Universidade de Brasília

Usis - *United States Information Service*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 ESTADO: PONTUAÇÕES TEÓRICAS E HISTÓRICAS	14
2.2 DITADURA MILITAR NO BRASIL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	17
2.2.1 Os Militares chegam ao poder	19
3 A DITADURA E A BIBLIOTECA: SILÊNCIO E CENSURA	23
4 METODOLOGIA.....	30
4.1 DELIMITAÇÕES DO CAMPO DE ESTUDO	30
4.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	32
4.3 UNIVERSO / AMOSTRA.....	34
4.4 ETAPAS DA PESQUISA.....	35
4.4.1 Coleta	35
4.4.2 Organização	36
4.4.3 Análises	36
5 PERFIL DOS ENTREVISTADOS	37
5.1 O BIBLIOTECÁRIO - E.S.	37
5.2 O PROFESSOR – B.L.	38
5.3 O BIBLIOTECÁRIO – M.C.	38
6 RELATOS DE CENSURA – REGISTRO DAS MEMÓRIAS	40
6.1 BIBLIOTECA, CENSURA, ACERVO E ACESSO	40
6.2 OS BIBLIOTECÁRIOS FRENTE AO GOLPE	42
6.3 RELAÇÃO “PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO” X DITADURA	43
6.4 VIDA PESSOAL	43
7 CENSURA E BIBLIOTECA: DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO	45
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS	49
ANEXO – ENTREVISTAS	54

1 INTRODUÇÃO

“Um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la.”

Edmund Burke

As bibliotecas são parte de um imaginário popular que lhes atribui constantemente a função de fomento intelectual da sociedade. Não é sem motivos então que, nas grandes guerras, as bibliotecas estavam entre os locais atacados; privar o povo de educação é um ato de guerra, um terrorismo institucionalizado. Essas demonstrações de poder correlatas aos livros ainda se estendem inclusive nas guerras santas; durante anos o *index librorum prohibitorum*¹ ditou o que poderia ou não, ser lido. Controlar a difusão da informação e conhecimento é uma maneira tradicional de dominar o povo.

Nesta lógica, quando o golpe militar se instaurou no Brasil, as bibliotecas e bibliotecários não poderiam passar imunes à violência das repressões e censuras. Assim, esta pesquisa se mostrou necessária com finalidade de entender quais as influências do regime militar para a atuação dos bibliotecários, pois quando se fala de regime de repressão, naturalmente, poucos ou nenhum dado é encontrado em documentos formais. Desta forma, o projeto foi um resgate da memória dos profissionais atuantes no período estudado. Foi realizado um recorte geográfico que analisa a Universidade de Brasília, - para esta análise, os profissionais da UnB foram selecionados, pois a Universidade foi foco político no período, e a atuação dos bibliotecários já estava estabelecida, ao contrário de outros estados do país, além da disponibilidade e boa vontade dos entrevistados em participar desta pesquisa.

Para alcançar as expectativas propostas, os objetivos do trabalho foram: em geral, analisar os reflexos da ditadura militar na atuação profissional dos bibliotecários, com ênfase no período dos “Anos de Chumbo” (1968 à 1974 – por ser período de maior repressão) a partir do estudo de caso da biblioteca da Universidade de Brasília. Dentre os objetivos específicos, compreender a relação biblioteca (como instrumento de educação crítica) e bibliotecários (como profissionais da informação) x ditadura no Brasil, possibilitando, inclusive, interpretações para os tempos atuais; identificar o contexto social, histórico e cultural em que se deu o golpe de Estado; contextualizar brevemente a Universidade de Brasília e identificar a influência do regime militar na rotina da biblioteca. No que concerne à questão problema, esta definiu-se para entender quais são os reflexos da ditadura militar, no período dos “Anos de

¹ Índice do Livros Proibidos, regidos e estipulado pela Igreja Católica na Idade Média.

Chumbo” (1968 à 1974), na atuação profissional dos bibliotecários da biblioteca da Universidade de Brasília.

Pretendeu-se, por fim, identificar por meio de pesquisa bibliográfica, e entrevistas com profissionais atuantes no período estudado, como a fase ditatorial marcou a atuação dos profissionais da informação na UnB.

A hipótese colocada é que, basicamente, a ditadura é um modelo social que se faz antônimo à democracia. Desta forma, em sua maioria, traz mais ônus que bônus à população, sobretudo no que diz respeito às tomadas de decisões no ramo educacional, onde educação não é uma prioridade de governo autoritário, ao menos não de forma crítica. Não cabe ao trabalho julgar e aplicar os preconceitos e estigmas do que foi o poder nas mãos dos militares, algumas questões certamente se favoreceram com o golpe de 64, mas a educação, como instrumento de mudança de realidade social, não foi uma delas.

Assim, o trabalho veio registrar os ocorridos a partir dos relatos recolhidos e, também entender, a começar de uma profunda pesquisa bibliográfica, em qual contexto político e social a intervenção militar ocorreu e, concomitantemente às interpretações das respostas dos entrevistados, concluir como afetou os bibliotecários da época e, despretensiosamente, entender quais seus reflexos para os dias atuais.

Para tal, trabalhamos com a seguinte estrutura de capítulos: referencial teórico, que conceitua bibliograficamente as concepções de Estado e Ditadura Militar no Brasil, fazendo um apanhado de seu contexto histórico, e das interferências desta forçosa e violenta tomada de poder para a educação e cultura nacional. Posteriormente, a metodologia do trabalho é detalhadamente apresentada, e caminhamos para a análise em si, demarcando o campo da pesquisa na UnB, onde é apresentado o perfil de cada um dos três bibliotecários que contribuíram, grandiosamente, para a pesquisa, inclusive, dos quais, sem a boa vontade e disposição em auxiliar, este projeto não seria possível. Para, pôr fim, chegarmos aos relatos de censura na biblioteca, as entrevistas são trabalhadas juntamente com apêndices de referencial bibliográfico, afim de afirmar ou confrontar as experiências de cada profissional, explorando assuntos como: o bibliotecário frente ao golpe; censura; acervo e acesso; além de vida pessoal. Na sequência, é feita uma análise do discurso comum dos bibliotecários, que culmina na conclusão desta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

*“Que história, afinal, estamos contando?
Uma história que ainda não faz sentido.
Uma história cujas lições ainda nos resta aprender.”*
Antonio Lassance

A base fundamental da pesquisa passa pela explanação do conceito de Estado, com a fundamentação teórica essencialmente por Marx, abrangendo também Foucault e Poulantzas e o conceito de ditadura militar no Brasil, numa abordagem histórica, com análises socioculturais, por Élio Gaspari, consagrado jornalista e Paulo Evaristo, figura do clero que atuou, com veemência, denunciando os abusos da época, em seu livro “Brasil, Nunca Mais”, bibliografia essencial para estudar o período. E, por fim, a relação entre ditadura, biblioteca e leitor, com referencial teórico de Eliany Alvarenga, docente e bibliotecária, e Júlia Menezello Leitão, graduada em biblioteconomia e doutora no tema.

2.1 ESTADO: PONTUAÇÕES TEÓRICAS E HISTÓRICAS

A definição de “Estado” é constituída pelo entendimento de uma entidade governamental organizada de natureza política, o que em diversos estudos e interpretações, representa o poder na sociedade. Para Aristóteles, em seu clássico *A Política*: “o Estado se coloca antes da família e antes de cada indivíduo, pois que o todo deve, forçosamente, ser colocado antes da parte.” (2006, p.16). Assim, com uma definição tradicional, entende-se que o Estado fala não pelo indivíduo e sim para o todo. Ou trabalha para as regras, não para exceções, afim de formar uma ordem comum e guiar a sociedade. E é aqui que deixa tão bem delineado a importância deste conceito para a pesquisa, entender como funciona a organização política que, em teoria, trabalha em prol de melhorias, e o que acontece quando essa sociedade para qual se trabalha, não está de acordo com seus métodos. Ainda, quando os métodos, que vêm num discurso de melhorias para o povo, fazem na realidade prejudicar a população, pois trabalha em função das classes dominantes e seus interesses.

Nesta pesquisa, iremos trabalhar com uma bibliografia genérica, que explora Silva (2009), Araújo (1991), Danner (2016) e Barbosa (2016) que têm como base de marco teórico três autores fundamentais; Marx (1988), Foucault (2001) e Poulantzas (1991), todos dialogam entre si, por suas teorias ou influências.

Marx, um dos mais influentes defensores do socialismo, e autor amplamente estudado no que diz respeito à luta de classes, defende que o Estado (burguês) é um aparato que trabalha em favor da burguesia, com fim de manter seus interesses, protegendo, sobretudo, o sistema econômico capitalista.

(...) a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa (BARBOSA, 200--, p. 13).

E ainda: “[...] o Estado, que não é mais do que a organização da classe exploradora para garantir a sua exploração e manter a submissão dos explorados” (MARX, 1998, p. 23)

Neste sentido, a ideia do autor se relaciona com a função da biblioteca, enquanto um órgão que contribui para o empoderamento das classes dominadas, que abre discussão sobre as ameaças das bibliotecas para um Estado autoritário. É esclarecedor o trato do Estado com as bibliotecas, pois elas representam um risco para a estrutura de poder.

Deve-se considerar que o Estado interfere na educação e na divulgação da informação, sobretudo em órgãos que trabalham diretamente com a consciência política, tais quais as salas de aula e as bibliotecas, o que será explicitado de forma detalhada posteriormente. Neste parágrafo, é fundamental esclarecer o conceito de Estado, com finalidade que explicita a luta de classes e, posteriormente, a atuação das censuras, tanto dos profissionais, quanto dos acervos. Se, na Idade Média, a igreja, como símbolo de poder, lançou mão do “índice de livros proibidos” e os queimava em fogueiras, no Estado autoritário este simbolismo se caracteriza pela censura dos livros, a censura das ideias. É a materialização do conceito de cortar a resistência pela raiz.

A fogueira em que são lançados os maus livros constitui a figura invertida da biblioteca encarregada de proteger e preservar o patrimônio textual. Dos autos da fé da Inquisição, às obras queimadas pelos nazis, a pulsão de destruição obcecou por muito tempo os poderes opressores que, destruindo os livros e, com frequência, seus autores, pensavam erradicar para sempre suas ideias. A força do escrito é de tornar tragicamente derrisória esta negra vontade (CHARTIER, 2009, p. 23).

Já para Foucault, filósofo francês modernista, a concepção de Estado sofre alterações, ele se distancia da luta de classes, mas enxerga o Estado como aparelho de repressão altamente disciplinador e normativo. Em Foucault, dizer que a sociedade moderna é altamente disciplinadora e normativa significa que o indivíduo é capturado em uma rede de poder que o

torna útil e “dócil” aos interesses do sistema de produção capitalista (DANNER, 2016, p. 1). Porém, sem entender que o “poder” está localizado somente numa instituição. O “poder” seria uma estrutura articulada, presente em diferentes relações, em vários aspectos, constantemente:

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações [...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam... (FOUCAULT, 1979, p.182).

Mas também entende sua função tecnicista:

Para Foucault, o poder é o que estrutura a sociedade e a mantém hierarquicamente organizada. É o conjunto de poderes menores se exercendo continuamente no seu interior, quase imperceptível, que dá à sociedade sua organização. Neste sentido, o poder do Estado é um dos importantes poderes existentes na sociedade, uma vez que ele é fundamental para a organização e administração do Estado (SILVA, 2010, p.21).

E explicita, num pensamento que cabe à censura do Estado ditatorial [da ideia da resistência sobre o discurso governamental], a seguinte questão:

[...] existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber [das massas, ante aos intelectuais burgueses]. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade (FOUCAULT, 1979, p. 71).

Esta é em si, a ilustração da relação de micro poder social. Que se aplica ainda, a outro tópico que será dissecado, posteriormente, dizendo sobre a “memória cultural” ou as concepções do saber das massas. Por fim, as concepções de Poulantzas, filósofo e sociólogo, onde “o Estado, não é apenas um lugar de luta de classes, mas é também um produto e um modelador desta luta na sociedade civil” (ARAÚJO, 1984, p. 26).

Ainda: “O capitalismo e seu modo de produção separam e individualizam os trabalhadores [...] O Estado os reintegra na esfera jurídica. [...] Assim o Estado capitalista os reintegra no contexto Povo-Estado nacional” (ARAÚJO, 1984, p. 27).

Desta forma, ilustra a questão da luta de classes, que é de fundamental importância para entender as motivações do golpe de Estado, bem como a reação popular. O que será explorado ao longo dos próximos capítulos, mostrando também os interesses da classe burguesa com as relações exteriores do país, como o investimento massivo dos Estados Unidos para a ditadura no Brasil, entre outros fatos.

Nesta pesquisa, consideraremos os três autores, cada qual contextualizado de acordo com a necessidade do período estudado, sendo essencialmente: sobre interferência americana e patrocínio e a queda de um governo legítimo e democrático, à custa do medo da população de uma reestruturação do sistema econômico, Marx. Sobre Estado como arma de vigilância e punição, essencialmente, Foucault e, também, sobre sua importância administrativa. Poulantzas, que será abordado por “completar” a teoria de Estado Marxista, com um mesmo ponto de partida, mas com refinamento e atualidade. Mas as teorias de Marx serão, invariavelmente, a base, como é suporte de tantos outros autores.

2.2 DITADURA MILITAR NO BRASIL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A finalidade de explorar historicamente esse fato é mostrar os bastidores do golpe de estado. Tratou-se de uma grande estratégia de marketing, com um massivo investimento financeiro norte americano, com finalidade de abrir o país para relações externas amplamente lucrativas para as classes altas da sociedade, desconsiderando a necessidade da população e contando com a grande mídia para manipulá-la. O que, ironicamente, partiu de um governo dito democrático, ou seja, onde teoricamente a soberania é do povo. Sobre o conceito teórico de democracia:

A democracia pode ser entendida como um regime de governo onde o povo (cidadão) é quem deve tomar as decisões políticas e de poder. A democracia pode ser direta, indireta ou semidireta: diante da impossibilidade de todos os cidadãos tomarem as decisões de poder (democracia direta), estas passam a ser tomadas por representantes eleitos (democracia indireta ou representativa) e, nesse caso, são os representantes que tomam as decisões em nome daqueles que os elegeram. (MEDEIROS, 2010)

Já um governo ditador, prevê todos os poderes do Estado concentrados num grupo específico (que pode ser um partido) ou até mesmo num único indivíduo, como é o caso da Coreia do Norte e seu ditador Kim Jong-un. As ditaduras geralmente são marcadas por governos autoritários, com censura de imprensa, e dura repressão às oposições.

Apesar de existirem diferentes formas de ditadura no mundo contemporâneo, algumas características básicas são compartilhadas por todas: o cerceamento de direitos políticos e individuais, a ampla utilização da força pelo Estado contra sua própria sociedade e o fortalecimento do poder executivo em detrimento dos outros poderes (SILVA, 2009, p. 109).

O que ocorreu no Brasil foi uma ditadura militar, de forças desta instituição armada, por interesse burguês. Assim, um dos tantos golpes, na democracia, que sofremos, se deu após Jânio

Quadros - presidente eleito democraticamente, que presidiu o Brasil durante o ano de 1961- renunciar, em carta, alegando como motivo para sua saída a pressão de “forças terríveis” e João Goulart (Jango) assumir a presidência. É válido ressaltar que Jango também foi eleito por democracia, tendo em vista que venceu a eleição para vice, (a constituição da época previa eleições separadas para os dois cargos).

Jango trabalhou com propostas de interesses sociais, sobretudo para as classes menos abastadas. Propunha uma reforma de base, com medidas que incluíam reforma agrária, bancária, tributária, administrativa e educacional. Este comportamento foi associado com uma inclinação comunista, pivô para sua queda, pois inflamou o grande fantasma da época (como ainda hoje). Obviamente, com a opinião pública dimensionando e distorcendo as reais intenções do presidente que era, basicamente, uma diminuição das diferenças sociais, com fim de alavancar a economia do país, de forma justa e igualitária:

“[...] Foi apenas com a chegada do presidente João Goulart à presidência da República, em setembro de 1961, que as chamadas ‘reformas de base’ transformaram-se em bandeiras do novo governo e ganharam maior consistência” (FERREIRA, 2016).

Os setores mais conservadores repudiaram as ações e, com auxílio da mídia e o medo da população do sistema comunista, o presidente foi afastado de seu cargo e o golpe foi concretizado, em 1º de abril de 1964.

Neste momento é importante ressaltar, como especulado anteriormente, que houve forte apoio americano durante todo o processo da ditadura, era interesse que o Brasil se abrisse para capital externo e permitisse maiores influências norte americanas (potência mundial), o que com o governo de Jango não seria possível. Carlos Fico, historiador, diz:

A campanha de desestabilização [do governo Jango] estendeu-se até as vésperas do golpe de 1964. No dia 20 de março, o *United States Information Service* (Uis) terminou um relatório planejando gastos de mais de US\$ 500 mil com atividades de propaganda em rádio, imprensa escrita e unidades móveis de exibição de filmes, entre outras (FICO, 2014).

Então, contrariando o que o senso comum perpetua, a tomada do poder pelos militares não caracterizou uma salvação do país contra a “ameaça comunista” e, sim, um jogo de poderes com finalidade de abraçar uma nova economia, bem como sua potência e suas políticas. O que resultou numa forçosa e violenta tomada de poder, onde militares governaram por longos 21 anos.

2.2.1 Os Militares chegam ao poder

A Reforma de Base proposta por Jango não era interessante para as classes dominantes, logo, cria-se o fantasma da “ Ameaça Comunista” e as forças armadas tomam o poder. Não à toa, Jango tinha mais de 70% de aprovação em seu mandato às vésperas do golpe, conforme pesquisa feita pelo IBGE e divulgada em março de 2014 no site da Câmara dos Deputados².

Em depoimento, Ernesto Geisel (1981), político e militar brasileiro, declarou para Élio Gaspari numa conversa informal³: “O que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções se fazem por uma ideia, em favor de uma doutrina. Nós [militares] simplesmente fizemos um movimento para derrubar João Goulart. Foi um movimento contra, e não por alguma coisa. ”

Assim, surgiram mudanças drásticas no plano social. Em resumo consistente, Celso Castro, pelo site da FGV⁴ diz:

Nos primeiros dias após o golpe, uma violenta repressão atingiu os setores politicamente mais mobilizados à esquerda no espectro político, como por exemplo o CGT, a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). Milhares de pessoas foram presas de modo irregular, e a ocorrência de casos de tortura foi comum, especialmente no Nordeste. O líder comunista Gregório Bezerra, por exemplo, foi amarrado e arrastado pelas ruas de Recife.

A junta baixou um "Ato Institucional" – uma invenção do governo militar que não estava prevista na Constituição de 1946 nem possuía fundamentação jurídica. Seu objetivo era justificar os atos de exceção que se seguiram. Ao longo do mês de abril de 1964 foram abertos centenas de Inquéritos Policiais-Militares (IPMs). Chefiados em sua maioria por coronéis, esses inquéritos tinham o objetivo de apurar atividades consideradas subversivas. Milhares de pessoas foram atingidas em seus direitos: parlamentares tiveram seus mandatos cassados, cidadãos tiveram seus direitos políticos suspensos e funcionários públicos civis e militares foram demitidos ou aposentados. Entre os cassados, encontravam-se personagens que ocuparam posições de destaque na vida política nacional, como João Goulart, Jânio Quadros, Miguel Arraes, Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes. (CASTRO, 2016).

Elio Gaspari, em sua coleção “As Ilusões Armadas”, que conta com 4 livros, detalhando o processo da ditadura no Brasil, demonstra uma ambiguidade na relação de tomada de poder dos militares, sobretudo por intensa repressão e violência, mas, imparcialmente, não descarta também as ascendências financeiras do período:

² <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/464707-JANGO-TINHA-70-DE-APROVACAO-AS-VESPERAS-DO-GOLPE-DE-64,-APONTA-PESQUISA.html>.

³ De acordo com o texto “Sete lições que já deveríamos ter aprendido sobre o golpe de 1964 e sua ditadura”, de Antonio Lassance, cientista político, em sua coluna para Carta Maior. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/colunaImprimir.cfm?cm_conteudo_idioma_id=30425.

⁴ <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>.

Escancarada, a ditadura firmou-se. A tortura foi o seu instrumento extremo de coerção e o extermínio, o último recurso da repressão política que o Ato Institucional nº 5 libertou das amarras da legalidade. A ditadura envergonhada foi substituída por um regime a um só tempo anárquico nos quartéis e violento nas prisões. Foram os Anos de Chumbo. [...] O Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo foram simultâneos. Ambos reais, coexistiram negando-se. Passado mais de quarenta anos, continuam negando-se. Quem acha que houve um, não acredita (ou não gosta de admitir) que houve o outro. (GASPARI, 2014, p. 13).

E no que sucede a respeito da estrutura prosaica dos importantes documentos reunidos para a realização da obra e interpretações pessoais do autor, completa, num pensamento compartilhado dentro desta pesquisa: “Nas páginas que vão adiante, estão os dois. Se nelas há mais do chumbo que do milagre, isso se deve à convicção do autor de que a tortura e a coerção política dominaram o período”. (GASPARI, 2014, p. 13).

A tortura, as repressões, a violência e o medo, foram, porém, estruturas fundamentais para que a ditadura se estabelecesse, sobretudo, no período que Gaspari denomina “Anos de Chumbo”, 1968-1974, onde esta coerção política foi ainda mais vigorosa:

Os oficiais-generais que ordenaram, estimularam e defenderam a tortura levaram as Forças Armadas Brasileiras ao maior desastre de sua história. A tortura tornou-se matéria de ensino e prática rotineira dentro da máquina militar de repressão política da ditadura por conta de uma antiga associação de dois conceitos. O primeiro, genérico, relaciona-se com a concepção absolutista de segurança da sociedade. Vindo da Roma antiga (“A segurança pública é a lei suprema”), ele desemboca nos porões: “Contra a Pátria não há direitos”, informava uma placa pendurada no saguão dos elevadores da polícia paulista. Sua lógica é elementar: o país está acima de tudo, portanto, tudo vale contra aqueles que o ameaçam. O segundo conceito associa-se à funcionalidade do suplício (GASPARI, 2014, p. 19).

Tática essas que se mostraram ineficazes e errôneas em distintas proporções:

[Sobre a oposição ao governo] No caso brasileiro, faltou ao surto terrorista que lhe foi atribuída. Só no segundo semestre de 1970 explodiram 140 bombas nos Estados Unidos, número superior, de longe, a todas as explosões ocorridas no Brasil. Em 1971, na Irlanda, detonaram-se mais de mil bombas, e as forças de segurança perderam 59 homens em combate. Em nenhum dos dois países a tortura foi transformada em política de Estado (GASPARI, 2014, p. 20).

Gaspari (2014, p. 27), ainda conclui sobre a relação segurança pública e tortura: “É falsa a suposição segundo a qual a tortura é praticada em defesa da sociedade. Ela é instrumento do Estado, não da lei”. E completa: “A tortura sancionada pelos oficiais-generais a partir de 1968 tornou-se inseparável da ditadura. Não há como entender os mecanismos de uma esquecendo-se a outra”. (IDEM, p. 29). Tais práticas levaram a uma série de desrespeitos aos direitos

humanos, sobretudo com a tomada de poder completa, após instauração do AI-5⁵, que revogava direitos constitucionais, o que desencadeou em abusos tão absurdos quanto descarados:

Às vezes, a ponta da verdade emerge da mentira encoberta por histórias inverossímeis. Casos como o do preso que morreu num tiroteio numa determinada esquina enquanto os moradores do lugar testemunham que nela jamais se disparou um tiro. [...] Os interrogadores do II Exército, em São Paulo, chegaram a esquecer dentro de um inquérito uma nota avulsa cuja margem havia uma anotação manuscrita recomendando “forçar a barra, porém sem deixar marcas”. (GASPARI, 2014, p. 31).

No que diz respeito à educação, matérias de humanas, sobretudo que levavam a um pensamento crítico (filosofia e sociologia), foram retiradas do currículo escolar, e foram introduzidas as aulas de “Moral e Cívica”, delineando uma educação com caráter extremamente tecnicista, além das palavras de Danner (s.d.) sobre poder; “útil e dócil ao sistema”:

Introduzir as disciplinas sobre civismo significa impor a ideologia da ditadura, reforçada pela extinção da Filosofia e diminuição da carga horária de História e Geografia, que exerce a mesma função de diminuir o senso crítico e consciência política da situação. (VEDANA, 1997, p.54).

Além disso, no período, firmou-se o acordo MEC – USAID, que ilustra claramente a relação dos Estados Unidos com o golpe no Brasil. Este pacto funcionava como uma conversão do sistema educacional brasileiro (incluindo o ensino superior), num sistema espelhado no modelo norte americano. Cunha (2016, p. 114) diz:

Segundo Alves (1968), os acordos MEC-USAID entregaram o planejamento do Ensino Brasileiro aos Estados Unidos, nos níveis primário, médio e superior. Isto ocorrera nos governos de Castello Branco e Costa e Silva. O primeiro acordo fora assinado em 30 de junho de 1966, mas meses antes já estava pronto, ou pelo menos sugerido, dessa forma, ao longo do texto de Alves, 1968, são trazidas à tona, datas de meses e anos anteriores (grifo nosso). (CUNHA, 2016, p. 114).

Até hoje a abrangência e duração do acordo não são claramente fixadas, visto que, em vários acordos neste período, foram informais, e/ou não públicos, inclusive, a fim de disfarçar os bastidores da tomada de poder e sua real intenção.

[...] é de grande relevância citar que existem divergências com relação aos acordos em questão, principalmente sobre sua quantidade, mesmo após quase três décadas do fim do Regime Militar, ainda existem controvérsias e indagações não respondidas em

⁵ Ato Institucional Número 5, que se sobrepôs à Constituição, dava ao presidente poder de cessar direitos políticos e civis, tais quais; habeas corpus e decretar confisco de bens. Sem necessitar de autorização jurídica. Segundo edição especial de publicação do Estado de S. Paulo, dez anos depois, quando AI-5 foi revogado, o saldo era de torturas e mortes, 1.607 punições, 321 delas cassações de mandatos políticos, representando o cancelamento de aproximadamente 6 milhões de votos.

relação a atos do governo e documentos da época, fato que pode ser evidenciado pela formação da Comissão Nacional da Verdade, instituída em maio de 2012 pela Presidenta Dilma Rousseff para investigar violações aos direitos humanos ocorridas inclusive no período ditatorial e até hoje não esclarecidas. Outro dado que aponta para a incerteza do número de acordos evidencia-se, a saber, por nossos textos bases trazerem em Motta, 2014, a existência de sete acordos e em Alves, 1968, nove acordos; ou ainda, no glossário elaborado pela Faculdade de Educação da Unicamp onde a definição do verbete ‘MEC-USAID’ elaborada pelo Dr. Lalo Watanabe Minto, cita a existência de doze acordos entre junho de 1964 e janeiro de 1968 (CUNHA, 2016, p. 113, grifo nosso).

O que se sabe, com certeza, é que sob os tentáculos das modificações na estrutura curricular, a educação brasileira sofreu diversas deformações durante o período ditatorial, muitas até hoje em vigor. Que, apesar de investimentos e melhorias em alguns setores, custou, e custa, um preço caro ao país.

A organização estudantil também sofreu forte repressão. Aranha (1996, p. 11) esclarece em diversos aspectos:

A repercussão imediata na educação se faz sentir na reestruturação da representação estudantil. Em 1967 a ditadura coloca fora da lei as organizações consideradas subversivas, como a UNE (União Nacional dos Estudantes) a intenção é evitar a representação em âmbito nacional, permitindo a atuação do DA (Diretório Acadêmico), restrito a cada curso, e do DCE (Diretório Central dos Estudantes), para cada universidade. É proibida qualquer tentativa de ação política: “estudante é para estudar; trabalhador para trabalhar”. As escolas do grau médio sofrem controle. Seus grêmios são transformados em centros cívicos, sob a orientação do professor de Educação Moral e Cívica (também esta disciplina era uma excrescência da ditadura). O cargo deveria ser ocupado pôr pessoa de confiança da direção, o que, em outras palavras, significava não ter passagem pelo DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social). Este organismo controlava a participação das pessoas em movimentos de protestos, fichando como comunistas as consideradas subversivas (grifo nosso). (ARANHA, 1996, p. 11).

Assim, é possível entender a relação da ditadura com a educação e os movimentos estudantis, ambos tradicionalmente oposição às autoridades absolutistas. Nestes ambientes, a liberdade de expressão faz, irremediavelmente, parte indiscutível das políticas, o que invariavelmente vai de contramão com as práticas da ditadura.

Para lidar com a oposição, este governo utilizou de violência extrema e coerção, lançou mão também do medo na população e de histórias fantasiosas e exageradas para retratar a militância de esquerda. Este foi o parâmetro geral do golpe frente à educação e liberdade de informação e opinião, o que será reforçado nos capítulos adiante.

3 A DITADURA E A BIBLIOTECA: SILÊNCIO E CENSURA

“Mas não há cultura possível sem livro e livro barato, livro que penetre nas massas populares e lhes erga o nível mental.”

Lobato, 1959: 193-198.

Recapitulando as análises marxistas de Estado burguês pontuadas no início do trabalho, é possível fazer breve análise sobre o histórico geral das bibliotecas. É na luta de classes, inclusive, que nascem as bibliotecas públicas modernas, pela exigência dos operários na França. Foi, portanto, uma organização do proletariado.

Não se pode deixar de destacar a Revolução Francesa como sendo, também, responsável pela criação da biblioteca pública, devido não só ao fato de que através dela a Instrução Elementar tornou-se obrigatória e gratuita, como direito de cada cidadão, através do lema de Igualdade, Fraternidade e Liberdade. (SERRAI, apud ARRUDA, 19--)

Antes disso, o conceito de biblioteca estava ligado somente à burguesia. Com a visão de Marx, é possível entender como funciona a questão do controle da informação, posteriormente, mantido pelo governo militar:

[...] a classe hegemônica vislumbrava uma instituição para manter a ordem pública que mais tarde se tornou um receio de que um instrumento de tal proporção viria a contestar a posição que essa classe detinha na estrutura social, sabendo que não poderiam ter controle dessa demanda, as classes privilegiadas estruturaram a biblioteca pública como mais um aparelho voltado para a manutenção da estabilidade social e difusora dos valores, propostas, normas e ideias convenientes (SILVA, s.d., p. 5).

Eram vinculadas também ao clero, que não atoa, sempre andou de mãos dadas com as classes privilegiadas na história. Eram sinônimos de saber, portanto, de poder. “Antes do período da Renascença, as bibliotecas na Europa eram constituídas de acervos privados de reis, nobres, cardeais, de pessoas abastadas, assim como das poucas coleções advindas das universidades” (FARIAS, 2012). No Brasil, as primeiras bibliotecas foram escolares, num conceito primário, vieram com a chegada dos Jesuítas, que fazem parte de uma ordem religiosa, e tinham como missão catequizar os índios, desconsiderando violentamente a cultura preexistente. Posteriormente, o primeiro acervo particular veio importada de Portugal, no navio de um rei fugido, invadindo como colônia de exploração, um país onde ele não era bem-vindo.

Conhecer esses conceitos é fundamental para entender a relação do Estado com as bibliotecas, a forma como patrocinaram seu fomento, mas mantiveram seu caráter alienador. E não obstante, a falida história geral da biblioteca no Brasil.

Existiram contradições diversas nos discursos dos militares. Claro, todos organizados de forma a manter o poder, a ordem e a obediência cívica, bem como a ignorância das massas, principalmente sobre o que de fato acontecia, disfarçados sobre um manto de preocupação e investimento em educação,

Na verdade, as ações militares se concentraram não nos prédios das bibliotecas já instalados, mas no desenvolvimento de uma política para a publicação de livros. Entretanto, não havia preocupação em relação à forma ou à possibilidade do público ter acesso a essa produção. (LEITÃO, 2010, p. 120).

Mas existiram também grandes e numerosos investimentos – se bem distribuídos e aplicados, é outra questão -. Notável parte foi provido pelo Instituto Nacional do Livro (INL), sucessor do finado Instituto Cayru, nascido no Estado Novo, governo autoritário de Vargas,

[Sobre Cayru]Pressionado com as demandas econômicas para capacitação e instrumentalização técnica da população para o mercado de trabalho e a necessidade de propagar e fortalecer seus ideais políticos, Vargas deu início à estruturação de um sistema que pudesse servir oficialmente a seus propósitos. (LEITÃO, 2010, p. 105).

Igualmente, com os reais propósitos ofuscados pela falsa impressão de investimento massivo em educação, “A intensa vigilância sobre o que se publicava, e, ao mesmo tempo, a publicação de obras enaltecidas do governo revelavam a estratégia oficial de ampliar seu poder [...]”. (LEITÃO, 2010, p. 113).

O INL foi o principal instituto na ditadura militar a tratar a responsabilidade de livro e biblioteca, a princípio, sua função era resgatar e remodelar a identidade popular, por meio da criação de dicionários e enciclopédias, tarefa herdada do conterrâneo Cayru, com molde importado do governo de Mussolini;

Em sua gestão, Augusto Meyer⁶ solicitou apoio para a publicação de uma revista do INL, que havia sido rejeitada pelo governo, pois Capanema⁷ entendia como prioridade daquele Instituto a nobre tarefa de publicar obras preciosas e organizar a Enciclopédia e o Dicionário nacionais. (LEITÃO, 2010, p. 108).

⁶ Parte do grupo de intelectuais que trabalharam para Vargas, foi diretor do INL por cerca de 30 anos.

⁷ Gustavo Capanema, na época, ministro da educação.

Mas com os planos iniciais falidos por inviabilidade, os esforços e suas influências se estenderam para os ramos das editorações e publicações.

No decorrer da década de 70, as co-edições foram mesmo a principal ação do INL e, a partir de 1976, foram limitadas à “cultura”, deslocando aquelas publicações do campo educacional antes passíveis de co-edições pelo INL para serem realizadas por um órgão exclusivo para isso, a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME). De forma geral, a política do INL se definiu principalmente pelos subsídios na forma de coedições e apoio às bibliotecas públicas. (GALUCIO, 20--, p. 7)

Assim, o INL vem com a finalidade de filtrar o que era e o que não era favorável à ditadura, patrocinando e divulgando o que lhes convinha e barrando o que não convinha, legado de um instituto que nasceu em pleno regime autoritário.

O INL foi instituído para montar um projeto atualizado de bibliografia nacional, atribuição até então assumida sem êxito pela Biblioteca Nacional. Também foi incumbido de desenvolver as bibliotecas públicas. Entretanto, na Era Vargas, a prioridade do interesse oficial se restringia à publicação de livros aprovados pela censura, especialmente os didáticos, estimulando o trabalho de editores e bibliotecas, contudo, sem desenvolver uma política pública para elas, o que necessariamente demandaria certa autonomia administrativa, portanto, a descentralização de um controle que o governo não tinha interesse em compartilhar. Sem dúvida, o INL priorizou a propagação do livro, como contribuição ao fortalecimento dos ideais do governo de Getúlio Vargas, da mesma forma que nos regimes ditatoriais. (LEITÃO, 2010, p. 111).

O que inclusive inclinou diversos intelectuais e artista da época a entrarem em acordo com o governo e seus censores afim de publicar suas obras.

Nasceu assim o INL no contexto sociotécnico em que os meios de comunicação de massa ampliam e reforçam as práticas de oralidade, agora também mediatizadas, numa sociedade onde a cultura letrada ainda não se havia enraizado profundamente, diferente do que havia acontecido em países europeus. (BRAGANÇA, 2009, p.226).

Araújo explora esta questão, e aborda como o “discurso do livro” foi na ditadura ferramenta de manipulação. Em suma, o livro, que é objeto de liberdade e autonomia, se torna arma: [...] consideramos que o “discurso do livro” do INL elaborado no período do Estado Novo, é utilizado no período do Regime Militar (principalmente na fase – 1964/70), para dar apoio à ideologia do desenvolvimento econômico e da Segurança Nacional. (ARAÚJO, 1984, p. 201).

A cultura, que é a expressão do povo, se mostra dissimulada para atender as demandas do governo. O que envolveu também uma reestruturação da cultura popular. Sobre essa perspectiva, Araújo (1984, p.46) pontua: “[...] ao reelaborar o discurso da memória coletiva

popular, o Estado tenta despolitizá-la, fazendo com que a mesma seja um instrumento de apoio ideológico aos seus interesses e necessidades.” (ARAÚJO, 1984, p. 46).

Ora, qual a melhor forma de controlar o povo, se não por sua memória? Assim, prossegue:

Por que (*sic*) não basta apenas possuir posição de mando – a conquista do Estado – é preciso também que os valores culturais das classes hegemônicas sejam considerados como legítimos e universais a toda sociedade e que os valores culturais das classes dominadas sejam reelaborados despolitizados e/ou desvalorizados (ARAÚJO, 1984, p. 50).

Segundo Maar (1988, p. 85), “a cultura instrumentalizada politicamente torna-se um apoio ideológico de orientações políticas”. Houveram realizações notáveis na alfabetização do país neste período, mas a partir de uma educação tecnicista, puramente funcional, que ofuscasse o senso crítico do sujeito.

O movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral – foi criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos e era o prosseguimento de campanhas de alfabetização de adultos, mas com um cunho ideológico totalmente diferenciado do que vinha sendo feito até então, pois não tinha qualquer preocupação com a formação do homem. (MARKUN, 2005, p. 184, grifo nosso).

Além da utilização de um discurso malicioso, que trazia uma ambiguidade: -produção de cultura x a função da cultura-, como forma de alteração da realidade, questões comuns em governos autoritários, já que produção cultural exige liberdade, e isto é algo incompatível com os princípios de regimes ditatoriais:

[...] as bibliotecas são instrumentos auxiliares na relação que se estabelece entre o Estado/mecenas e o transmissor cultural/livro. Reduzidas a meras aparências culturais, as bibliotecas públicas ficam em segundo plano na política nacional do I.N.L. A relação livro e biblioteca é desigual; ao assumir este caráter esta política se desenvolve de forma anômala, pois enquanto se produzem livros de alto valor literário e histórico, se reproduz uma política arcaica de criação e instalação de bibliotecas públicas, na qual não são analisadas questões importantes como: adequação do acervo às realidades regionais e locais, [e] analfabetismo (ARAÚJO, 1984, p. 183, grifo nosso).

O que existiu foi uma marginalização do que é analítico e a biblioteca é o local para nocautear essas questões. Livros foram proibidos, queimados, escondidos, a leitura era vigiada, supervisionada, a compra e aquisição para as bibliotecas deveriam passar por censores

(escalonados pelo governo). Vide Decreto-Lei n.1.077/70, Art. 1º e 2º, disponível na Revista Veja de 29.12.1976:

Art. 1º - Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação;

Art. 2º - Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Art. 5º - A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal.

O que tira a liberdade do bibliotecário – que, não por acaso, é formado para, inclusive, realizar a composição do acervo- e como mutila o usuário e seu poder de escolha/pesquisa.

Na realidade, entre 1964 e 1968, entre o Golpe Militar de 1964 e a decretação do AI-5, a censura a livros no Brasil foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada, pela ausência de critérios mesclando batidas policiais, apreensão, confisco e coerção física. (STEPHANOU, 19--., p.215).

Além de ir duramente contra a responsabilidade social do bibliotecário, que visa agir com ética profissional afim de difundir a informação, sem censuras prévias, ante governo e religião, pois é responsável por formar sujeitos conscientes.

É nesse cenário de reconfigurações político-sociais [...] que afirmamos ser cada vez mais importante que os conteúdos relativos à ética e à responsabilidade social estejam contemplados nas mais diversas disciplinas de formação do bibliotecário. Todavia, não uma ética voltada aos interesses dos empresários, dos acionistas, mas uma ética e uma responsabilidade social voltada para os cidadãos; [...] no sentido de formar um profissional de perfil ético e socialmente responsável. (MORAES, 2012, p.121).

Por fim, existe forte controle de conteúdo e informação, com base em submissão do leitor, usando de coerção como ferramenta do Estado:

Alguém que tenha lido um livro [...] e o considere atentatório à moral ou mesmo subversivo, faz uma denúncia ao Ministério. Instala-se, então, um processo no qual é dada a um assessor do ministro da Justiça a tarefa de ler a publicação e emitir parecer. Com base neste, o ministro decreta ou não a apreensão. Em certos momentos, até mesmo comprar, carregar e guardar alguns livros podia ser perigoso” (REIMÃO, 2011, p. 111).

É dentro dessa vivência que esta pesquisa visa explorar as consequências da ditadura na atuação profissional e política (uma concomitante à outra), do bibliotecário, já que, segundo Silva, “a Biblioteconomia possui uma herança social e política desde o seu nascimento, a partir

das áreas da Sociologia e Educação, com o intuito de fundamentar uma área do conhecimento humanístico-social no processo de atuação das bibliotecas”, (SILVA, p. 2, [2000?]).

Essas consequências esbarram nas formas indiretas de censura: a que reflete em si próprio (deixando de comprar algum livro ou disponibilizar, pelo medo de futuras consequências) e diretas: ações dos sindicatos, códigos de ética interno das instituições e posicionamento político dos profissionais da informação neste turbulento período.

É necessário abordar, também, um breve histórico das bibliotecas universitárias no Brasil, afinal o recorte geográfico da pesquisa se fixa sobre a biblioteca da UnB.

No início do século XX, quando o Brasil estava ainda em um estágio incipiente do desenvolvimento do ensino superior, foi elaborada a legislação sobre o funcionamento de bibliotecas ligadas aos Institutos de Ensino Superior, na ocasião em que o Presidente Campos Sales aprovou, em 1º de janeiro de 1901, o código dos Institutos Oficiais do Ensino Superior e Secundário (CUNHA, 2016, p. 101).

Mais recentemente na história, relacionando o comportamento dos estados autoritários com o conceito de biblioteca universitária, segue modelo de estratégia do Estado Novo, presidido por Vargas:

Nanci Oddone (2004, p. 150) menciona que informações localizadas em arquivos pessoais de Gustavo Capanema mostram que havia, junto aos planos para a criação da Universidade do Brasil, documentos sobre estudos para organização de biblioteca universitária. Ressalta-se aqui que Gustavo Capanema foi Ministro de Getúlio Vargas e mentor do projeto educacional que atribuía importante papel à universidade. Em 5 de julho de 1937, Getúlio Vargas sanciona a lei n.º 452, oriunda do Poder Legislativo, que institui a Universidade do Brasil, definida em seu artigo primeiro como “uma comunidade de professores e alunos consagrados ao estudo”. Entretanto, Schwartzman et al. (2000) mostram que essa proposta não conseguiu ser implantada (CUNHA, M., 2016, p. 102).

Voltando especificamente para a UnB, em 1962 a universidade foi pioneira no sistema de biblioteca centralizada, projeto grandioso que contou com a presença de diversos profissionais de renome para seu planejamento, tais quais Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer:

Em 1962 foi criada a Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB), opondo-se à tradição inadequada de múltiplas bibliotecas dispersas nas várias unidades de ensino das universidades – um sistema oneroso que gerava duplicações desnecessárias de acervo e de processos técnicos e administrativos. A UnB implantou no País o conceito de BU com centralização total. Desde então, percorreu uma trajetória de mudanças, recuos e avanços.⁸

⁸ <http://www.bce.unb.br/sobre-a-bce/>

Por fim, no que tange os acordos de reestruturação do ensino firmados com os Estados Unidos, já citados no trabalho, bem como as nuances desse trato, Silva e Tarapanoff (apud Cunha, 2016, p. 103), esclarecem:

De acordo com Ângela Silva (2009, p. 36-37), as BU foram alvo de observações por parte da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), em 1965, quando esta apresentou ao MEC documentos para a reestruturação do sistema universitário brasileiro, ocasião em que foi recomendado que biblioteca universitária devesse estar no centro do campus; ser biblioteca única para centralizar acervos, serviços para fins de racionalização de pessoal, padronização dos serviços e facilidades no uso, ser institucionalizada como órgão complementar. Além disso, recomendaram que devesse existir biblioteca para reconhecimento de cursos nas instituições de ensino superior. Entretanto, para Tarapanoff (1981, p. 19) as leis da Reforma Universitária (1968-1969) trouxeram, além do problema originado, que não especificou diretrizes de mudança ou adaptação para a BU, outros problemas que dificultavam a interpretação quanto a essas alterações no contexto das bibliotecas (CUNHA, 2016, p. 102).

Mas é necessário ressaltar que, ao menos no que diz respeito às definições, foi após a tomada de poder pelos militares, que as bibliotecas universitárias receberam caráter associado à pesquisa e extensão [para a comunidade em geral]: “com a reforma universitária publicada pela Lei nº 5.540/68, foi alterado quando ficou estabelecida, entre outras, a obrigatoriedade da associação ensino e pesquisa”. (MENEZES, 2002; MANCINI et al., 2006; ROMANO, 2006). O que deve ser posteriormente trabalhado é como essas pesquisas foram trabalhadas, se de fato tiveram perfil de ferramenta para alteração da realidade social, ou se foram meros instrumentos de manipulação governamental.

Percebe-se, então, um histórico recente das bibliotecas universitárias, que conta com problemas sistemáticos em seu legado, porém, a todo instante com o caráter de importância educacional sendo fortemente ressaltado e com avanços ainda hoje ovacionados, como a feliz centralização da biblioteca da UnB.

4 METODOLOGIA

Minayo (2014, p. 25), utiliza a seguinte definição: “A metodologia ocupa lugar central no interior da sociologia do conhecimento, uma vez que ela faz parte intrínseca da visão social de mundo, vinculada na teoria.” Lênin (1955, apud MINAYO, 2014, p. 148) ainda diz que “o método não é a forma exterior, é a própria alma do conteúdo porque ele faz a relação entre pensamento e existência e vice-versa.”

Desta forma, explicitando a metodologia aplicada a esta pesquisa, as abordagens utilizadas no trabalho consistem em coleta de dados qualitativos, revisão bibliográfica e questionários aplicados às personagens do período ditatorial, visando profissionais que trabalharam no período estudado. Estes serão as principais ferramentas de coleta de dados.

Trata-se de uma pesquisa histórica e trará a interpretação dos dados através de análise do conteúdo levantado e discurso, a partir de questionário. Este trabalho faz parte do Projeto Guarda Chuva, pela pesquisa intitulada “A Leitura e suas concepções teóricas, históricas e conceituais: perspectiva no campo do letramento informacional e comportamento informacional em diferentes instâncias educacionais formais e informais”, da pesquisadora Andréa Pereira dos Santos, que atua em parecer do Comitê de Ética.

4.1 DELIMITAÇÕES DO CAMPO DE ESTUDO

Ander e Egg (1978, p. 67 apud LAKATOS E MARCONI, 2010), apresentam três tipos de delimitação da pesquisa, entre eles; ao campo de investigação, na qual este trabalho se pauta:

Que abrange dois aspectos: limite no tempo, quando o fato deve ser estudado em determinado momento, e limite no espaço, quando deve ser analisado certo lugar. Trata-se, evidentemente, da indicação do quadro histórico e geográfico em cujo âmbito se localiza o assunto. (ANDER, EGG, 1978, p. 67 apud LAKATOS E MARCONI, 2010).

Desta forma, o período histórico abrange de 1964 à 1985, com ênfase nos “Anos de Chumbo” de 1968 à 1978, por ter sido a época de mais dura repressão e considerado o auge da atuação dos militares no poder.

A Universidade de Brasília foi criada apenas dois anos após o nascimento da capital, em 1962. Teve como base três importantes nomes para seu planejamento: Darcy Ribeiro, antropólogo, importante nome na luta pela democratização da educação nacional; Oscar

Niemeyer, renomado arquiteto e Anísio Teixeira, que definiu a fundação pedagógica da instituição. Conforme texto informativo disponível no site da instituição⁹.

Ainda de acordo com o site oficial, conta atualmente com 2.445 professores, 2.630 técnicos-administrativos e 28.570 alunos regulares e 6.304 de pós-graduação. É constituída por 26 institutos e faculdades e 21 centros de pesquisa especializados. Oferece 109 cursos de graduação, sendo 31 noturnos e 10 à distância. Há ainda 147 cursos de pós-graduação stricto sensu e 22 especializações lato sensu. Os cursos estão divididos em quatro campi espalhados pelo Distrito Federal: Darcy Ribeiro (Plano Piloto), Planaltina, Ceilândia e Gama. Os órgãos de apoio incluem o Hospital Universitário, a Biblioteca Central, o Hospital Veterinário e a Fazenda Água Limpa.

Teve importante papel na resistência contra a ditadura militar, pois, antes mesmo de 64, era tida como polo de “pensamento esquerdista”. No site da Universidade é possível acompanhar, inclusive cronologicamente, as atuações da instituição em importantes períodos políticos.

Em 1964, o golpe militar instaurou a ditadura no país e trouxe anos difíceis para a UnB. Por estar mais perto do poder, a instituição foi uma das mais atingidas. Acusados de subversivos, universitários e professores foram perseguidos pelo regime. A primeira invasão aconteceu no dia 9 de abril de 1964, apenas nove dias após o golpe militar. O então reitor Anísio Teixeira e o vice Almir de Castro foram surpreendidos por tropas do exército e por policiais de Minas Gerais. Os militares chegaram em 14 ônibus, com três ambulâncias já preparadas para possíveis confrontos. No campus, invadiam salas de aula, revistavam estudantes, procuravam armas e material de propaganda subversiva. Buscavam também 12 professores que deveriam ser presos interrogados.¹⁰

A Biblioteca da UnB, também criada em 1962, tem como missão “Promover e garantir à comunidade universitária o acesso à informação científica e o compartilhamento do conhecimento científico no âmbito do Sistema de Bibliotecas da UnB, contemplando o ensino, a pesquisa e a extensão.” Conforme informações disponibilizadas no site oficial.¹¹

Sua visão consiste em ser referência de Biblioteca Acadêmica no Brasil e na América Latina. Sofreu várias transferências, até se instalar em prédio definitivo;

Em março de 1967, com os recursos da Fundação Ford, o Drº Frazer G. Poole, especialista em arquitetura de bibliotecas, foi convidado a auxiliar no planejamento definitivo da BCE. Elaborado detalhado programa de especificações técnicas. Através

⁹ <http://www.bce.unb.br/>

¹⁰ Sobre a Instituição. Disponível em: < <http://www.bce.unb.br/>>. Acesso em: 7 jun., 2016.

¹¹ Idem.

do Programa para o Desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil, estabelecido entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), obteve-se o financiamento para a construção do edifício. Cinco anteprojetos foram elaborados pelo Centro de Planejamento da Universidade de Brasília (CEPLAN), entretanto não lograram aprovação do BID por não atenderem as regras requeridas. Em 1968 uma nova equipe de arquitetos do CEPLAN elaborou novo projeto que foi aprovado. Participaram deste trabalho os arquitetos José Galbinski, Miguel Alves Pereira, Jodete Rios Sócrates, Walmir Santos Aguiar e os bibliotecários Rubens Borba de Moraes, Edson Nery da Fonseca, Antônio Agenor Briquet de Lemos e Elton Eugenio Volpini.¹²

Atualmente, o prédio conta com 16.000 m², tendo capacidade para 1 milhão de volumes em acervo e 2 mil usuários, localiza-se na Praça Maior da UnB.

Nesses 50 anos, a Biblioteca Central da Universidade de Brasília tem atuado como um centro de integração do conhecimento e tem caminhado com o propósito de contribuir para a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Vem trabalhando para manter seu acervo diversificado e para a modernização de seus serviços, a fim de melhor atender aos diversos segmentos da comunidade acadêmica, pois a busca pela excelência no atendimento às necessidades de informação dos usuários é a razão primeira de sua existência.¹³

Geograficamente, a pesquisa é restrita à Universidade de Brasília, sobretudo na Biblioteca da Universidade, mas não ignorando fatos corriqueiros que se desenvolveram por todo campus.

4.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O estudo se encaixa como pesquisa qualitativa, pois trabalha diretamente com o estudo da história e o resgate de memórias. Com ênfase no método “histórico – analítico”, pois interpreta os resultados de acordo com relatos que até então só existiam nas recordações dos entrevistados e na oralidade informal. Além disso, tem como base o encaixe bibliográfico, pois se fundamenta em conceitos trabalhados anteriormente por diversos autores e, como o nome sugere, suas respectivas bibliografias sobre o tema.

É classificado, do ponto de vista de sua natureza como pesquisa básica, pois segundo Almeida (2016, p. 2): “Objetiva gerar conhecimentos novos para avanço da ciência sem aplicação prática prevista.”

Sobre o ponto de vista dos objetivos é classificada como pesquisa exploratória:

¹² Sobre a Instituição. Disponível em: < <http://www.bce.unb.br/>>. Acesso em: 7 jun., 2016.

¹³ Sobre a Instituição. Disponível em: < <http://www.bce.unb.br/>>. Acesso em: 7 jun., 2016.

Pesquisa exploratória: objetiva proporcionar maior familiaridade com um problema; envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos; assume em geral a forma de pesquisas bibliográficas e estudos de caso (ALMEIDA, 2016, p. 2).

Conceitualmente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois de acordo com Minayo (2014):

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. [...]. (MINAYO, 2014).

Silva e Menezes (2001) reforçam:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (SILVA, MENEZES, 2001).

Ainda com enfoque histórico, sob a visão de Kerlinger (1980):

Tipo de pesquisa que investiga eventos que já tenham ocorrido, utilizando métodos descritivos e analíticos. Em alguns estudos históricos, o investigador está propriamente interessado em preservar o registro de eventos e realizações passadas. Nesses estudos procura utilizar o método histórico-descritivo para mapear a experiência passada, localizar no tempo e espaço uma pessoa, uma tendência, um evento ou uma organização, a fim de providenciar respostas para questões particulares. Em outros estudos históricos, o investigador está mais preocupado em descobrir fatos que providenciarão maior compreensão e significância de eventos passados para explicar a situação presente ou estado atual do fenômeno estudado. Nesses estudos é utilizado o método histórico-analítico para abordar o evento na tentativa de encontrar informações sobre como o evento ocorreu, quem o provocou, porque foi provocado, quais as possíveis consequências atribuídas, entre outras. (KERLINGER, 1980).

Esta pesquisa se enquadra especificamente no método histórico-analítico, pois buscou reviver o golpe militar no Brasil, entender como ocorreu e porquê. Despretensiosamente tenta também, interpretar seus reflexos para os dias atuais, consequências na educação e fazer biblioteconômico. Em suma, analisar os reflexos do passado no presente.

Flertando com outras definições e nomenclaturas, segundo Minayo (2014):

[é] poderoso instrumento para a descoberta, a exploração e a avaliação de como as pessoas compreendem seu passado, vinculam sua experiência individual a seu contexto social, interpretam-na e dão-lhes significado, a partir do momento presente.

Por isso, elas oferecem material para generalização sociológica, descrição de época e também possibilitam levantar questões novas e de diversos níveis de abrangência. (MINAYO, 2014).

É possível encaixar neste método pois permite uma abordagem etno-histórica, trata de histórias que até então só existiam em registros orais e perpassam por narrativas de vida. Por fim, sobre os procedimentos técnicos, se abre numa gama de estratégias e práticas para chegar aos resultados obtidos, são elas: pesquisa *ex-post-facto*, por ter sido realizada após o fato (golpe militar); pesquisa participante, pois estabelece relação da pesquisadora com indivíduos que vivenciaram o fato estudado e pesquisa bibliográfica, conforme citado em breve resumo, pois lança mão de exaustiva pesquisa em material publicado anteriormente, tais quais: livros, artigos, periódicos e internet.

4.3 UNIVERSO / AMOSTRA

Trata-se do espaço escolhido para a pesquisa, bem como os participantes. No caso, trabalhamos com a UnB, pelo envolvimento político, além de contextualizar vários intelectuais importantes da época e ainda hoje. Por fim, também foi peso para a decisão, o fato da boa vontade dos entrevistados em colaborarem, visto que foi tentado contato com outras Faculdades, e a maioria não era ativa politicamente, na época, ou não contava com bibliotecários, algumas não tinham o curso de biblioteconomia na grade de cursos disponíveis ou não era polo político, a ponto de se incomodar com o cenário político do momento.

Tecnicamente, de acordo com Lakatos e Marconi (2010): “A amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população), é um subconjunto do universo. ”

Para Menezes e Silva (2001): “População (ou universo da pesquisa) é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo. Amostra é parte da população ou do universo. ”

Desta forma, buscando um universo de pesquisa que representasse bibliotecários atuantes da UnB, de 1964 à 1985, a amostra foi recolhida de acordo com a disponibilidade dos profissionais e disposição em auxiliar neste projeto, que propunha basicamente pontuar como a ditadura interferiu em suas vidas profissionais, sendo eles trabalhadores da informação, educação e cultura. Chegamos ao total de três colaboradores, com nomes de peso na biblioteconomia, como bibliotecários e discentes.

4.4 ETAPAS DA PESQUISA

Segue o passo a passo do trabalho:

Ainda pautando em Silva e Menezes (2001): “As etapas da pesquisa sistematizam o processo em etapas e mostra os procedimentos que precisam ser adotados em cada uma delas”.

Neste trabalho, este processo foi dividido em três etapas, sendo elas: coleta, organização e análise, que serão explicitados, definidos e justificados abaixo.

4.4.1 Coleta

Lakatos e Marconi (2010), definem o questionário como um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escritor e sem a presença do entrevistador. No caso deste trabalho, esse procedimento foi realizado via e-mail.

Pela abertura das perguntas e impossibilidade de exatidão em respostas, era possível configurar como uma entrevista que, geralmente, cabe melhor aos processos qualitativos, ao contrário de questionários, que partem de uma ordem quantitativa, exceto pelo fato de que nenhuma das respostas foi obtida a partir de encontros pessoais, pela dificuldade de locomoção, e pela bondade e disposição dos entrevistados, que são três bibliotecários e discentes da UnB no período estudado, tendo contato direto com o autoritarismo do governo vigente e suas políticas.

Bibliograficamente as entrevistas são conceituadas todas a partir de encontros pessoais, Minayo (2014), define:

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. (MINAYO, 2014).

É possível considerar que os clássicos de metodologia científica ainda não conseguiram alcançar os avanços tecnológicos e considerá-los em seus processos, já que, via e-mail, é totalmente possível uma comunicação dinâmica e espontânea.

Portanto, esta pesquisa coletou seus dados a partir de questionários abertos, com perguntas formuladas, mas que permitiam total desdobramento de fatos e opiniões por parte dos participantes.

4.4.2 Organização

Foi utilizado a técnica do “Discurso de Sujeito Coletivo”, representando a opinião da maioria, coletada a partir de entrevistas, como um discurso singular.

É uma metodologia de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos. Consiste em apresentar os resultados sob a forma de um ou vários discursos-síntese, escritos na primeira pessoa do singular, expediente que visa expressar o pensamento de uma coletividade, como se esta coletividade fosse o emissor de um discurso (LEFÈVRE, 2000).

Desta forma, a tentativa foi de compilar as entrevistas em forma de prosa, possibilitando uma visão geral do período, de acordo com os temas abordados no roteiro guiado. Ainda assim, cada entrevista foi disponibilizada na íntegra como anexo no trabalho, afim de que cada leitor tome as próprias conclusões, caso seja a intenção.

4.4.3 Análises

Os dados foram analisados a partir de três fontes: dados coletados e organizados, conteúdos da revisão de literatura e observação crítica para fins conclusivos.

5 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Ao estabelecer contato inicial com o prof. E.S¹⁴., solicitando auxílio para a presente monografia, o mesmo relatou que existia, sim, material para o trabalho e ele poderia colaborar, mas não existiam registros escritos. Essa foi a intenção da pesquisa, registrar o que até então estava em memória.

5.1 O BIBLIOTECÁRIO - E.S.

De acordo com bibliografia disponível no site da Biblioteca da UnB, E.S. foi Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 1 B e Professor Titular da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. E.S. é graduado (1971) em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília, mestrado (1980) em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba, doutorado (1989) em Ciência da Informação pela *Universidad Complutense de Madri* e pós-doutorado (2002) pela *Universidad Carlos III de Madri*.

Na década de 70 foi diretor-adjunto do Instituto Nacional do Livro onde colaborou na implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, no sistema de coedição de livros e na propagação de uma política de leitura. Essas mesmas atividades foram implementadas posteriormente quando E.S. assumiu a Presidência do Comitê Executivo do Centro de estudos para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe (CERLALC/Unesco).

Foi estabelecido contato com prof. E.S., a partir de seu e-mail profissional da UnB. Ele, prontamente, se disponibilizou em auxiliar com esta pesquisa e, com extremo carinho e atenção, respondeu ao questionário proposto, possibilitando o trabalho e enriquecendo as fontes sobre um período tão importante da história do país. Além disso, indicou outros dois grandes bibliotecários e ilustres nomes da biblioteconomia, foi uma honra poder entrevistar também os professores B.L. e M.C.

¹⁴ Optamos pela utilização de siglas ao invés dos nomes dos entrevistados afim de preservar suas identidades e garantir integridade do material, conforme instruções do conselho de ética.

5.2 O PROFESSOR – B.L

Filho de tipógrafo, nasceu em meio a fontes, talvez isso tenha sido suporte inicial para a profissão de bibliotecário e, ainda num futuro, inspiração para abrir uma das mais importantes editoras do Brasil, no ramo da biblioteconomia e artes em geral.

B.L. foi citado na entrevista do professor E.S. como importante fonte do reflexo da atuação profissional dos bibliotecários frente à ditadura militar, além da brilhante carreira na área da informação, como bibliotecário responsável pelo projeto do prédio definitivo da Biblioteca da UnB, docente de biblioteconomia, e presidente do CFB¹⁵ (1969/1972), fez também notório perfil na luta política do Brasil na década de 60,

O Prof. [B.L.] despertou nossa atenção porque já em 1979, expôs a questão da censura às bibliotecas, no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Curitiba (PR). Na época, o relato causou polêmica. O Jornal O Estado de S. Paulo publicou uma matéria sobre a questão levantada pelo Prof. B.L. Mas, como contraponto, os demais entrevistados afirmavam não ter conhecimento de nenhum tipo de censura. (LEITÃO, 2010, p. 132)

5.3 O BIBLIOTECÁRIO – M.C.

Também professor da UnB e, igualmente, citado pelo professor E.S. Segundo o site do escavador, em seu perfil profissional, é graduado em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB, 1968), mestrado em Administração de Bibliotecas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1978), doutor (Ph.D.) em *Library Science* pela *University of Michigan* (EUA, 1982) e estágio de pós-doutorado na *University of Michigan* (1996-97). Professor titular (aposentado em agosto de 2014) da UnB, professor permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UnB, líder do Grupo de Pesquisa sobre Biblioteca digital (UnB-FCI). Foi presidente da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal e do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Na UnB ocupou os cargos de diretor da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, chefe do Departamento de Ciência da Informação e Documentação e Diretor da Biblioteca Central (em dois períodos). Publicou inúmeros livros de fundamental importância e reconhecimento na área de biblioteconomia e ciência da informação. Atua na pesquisa e docências nas áreas de informação científica e tecnológica, biblioteca digital, estudo de usuários, biblioteca

¹⁵ Conselho Federal de Biblioteconomia.

universitária e tecnologia da informação. Editor da Revista Ibero-americana de Ciência da Informação.

Assim, como auxílio dos três bibliotecários acima citados, para esse projeto, o questionário¹⁶ se estruturou e sucedeu por temas, e segue apresentação da compilação das respostas, a fim de ilustrar o período, conforme citado em metodologia, pelo método do discurso do sujeito coletivo.

¹⁶ Livremente inspirado, baseado e adaptado a partir das entrevistas dispostas no Trabalho de Conclusão de Curso de Bruna Abatti Chaffe; A Ditadura Militar no Brasil e o Controle da Informação: relatos de censura nas bibliotecas da UFRGS.

6 RELATOS DE CENSURA – REGISTRO DAS MEMÓRIAS

*"Verba volant, scripta manent"*¹⁷

Foi realizado um apanhado das respostas das entrevistas para análise, bem como a fundamentação teórica dando suporte às perguntas e, corroborando ou não, as respostas, a partir de trabalhos anteriores com a mesma temática de estudo.

6.1 BIBLIOTECA, CENSURA, ACERVO E ACESSO

Neste tópico concentramos o conteúdo na apuração das censuras gerais, bem como mudanças na biblioteca e alterações no modo de trabalho que ocorriam no período em decorrência do cenário político, segundo o relato dos entrevistados.

Ao serem questionados quanto às transformações na biblioteca durante a ditadura, os três entrevistados narraram alterações de liberdade do fazer profissional, tanto com a presença de censores do governo no espaço, quanto com proibições de aquisições de obras específicas para o acervo, igualmente censura de autores, sobretudo de visões políticas de esquerda, como Marx e Guevara, mutilando assim o fazer profissional do bibliotecário. Para Du Mont (1991, p. 24) “os bibliotecários viam que sua maior responsabilidade estava na coleção, cuidar dos materiais que estavam no edifício da biblioteca. ”, tanto que, teoricamente, a grade da biblioteconomia é composta, em grande porcentagem, por matérias que visam seleção, cuidados, armazenamento e divulgação do material.

Igualmente, a censura ao papel social do profissional: “[...] a responsabilidade social do bibliotecário resulta em que o acesso à informação não deve ser obstaculizado nem pela sociedade, nem pela religião, muito menos pelo Estado”. (BROADFIELD, 1949 apud CYSNE, 1993, p. 30).

Quanto a isso, M.C. diz “...tive conhecimento da existência de um pequeno acervo de livros que haviam sido guardados no cofre da Seção de Obras Raras. Esses livros eram em sua maioria relacionados à ciência política. Todos eles foram retornados ao acervo geral. Portanto, esse acervo provavelmente deve ter sido separado entre 1972 a 1985”.

¹⁷ “ Palavras ditas voam, as escritas permanecem”

Num parâmetro geral de débitos culturais no período, o Grupo Estado de São Paulo trouxe, numa publicação de edição especial, um levantamento delineado: “Foram mutilados 500 filmes, 450 peças de teatros, 200 livros, mais de 500 letras de músicas, inúmeros programas de rádio e capítulos de novelas.” (PONTES, 1968, p.11).

B.L., confirma: *“Lembro-me de uma ocasião quando chegou um pacote pelo correio, oriundo da China, com alguns exemplares do Livro Vermelho do Mao Tse-tung e alguns broches com a efígie dele. O diretor, Elton Volpini¹⁸, recolheu tudo a esse cofre [forte, onde eram guardados “livros raros”]. Não sei que fim levaram.”*

A censura, pouco eficiente, e ignorante, passou pelo absurdo de barrar livros pela inocente escolha de termos utilizados na narração. Leitão (2010, p. 115) cita; “outro livro infantil interdito foi Tarzan. A censura aconteceu porque o autor utilizou o termo ‘companheiro’ para referir-se ao herói das selvas. A escolha semântica foi entendida pelos censores como nítida associação aos ideais comunistas”.

B.L., ainda questionado sobre tratamento do acervo e aquisição de obras, relata *“Por conversas informais percebia que havia uma atitude preventiva dos bibliotecários, que não queriam complicações com o pessoal da segurança. Isso se traduzia numa espécie de censura preventiva”*.

Este é um fato marcante, pois reforça tudo que ocorria informalmente, pois não existem documentos disponíveis citando essas proibições, eram, portanto, extraoficial e incisiva, diretamente ao trabalho do bibliotecário. Também não tratava somente de censura política; “Assim, temas como drogas, exclusão social, homossexualismo, entre outros, eram vistos nessa época pelos senhores da caserna, como algo inteiramente proibitivos.” (CALDAS, 2016, p. 34).¹⁹ O que agrava o quadro da censura, tudo que era considerado contra a “boa moral”, corria o risco de ser esquecido nas gavetas burocráticas dos censores.

Por outro lado, foi pontuado também que houve investimento financeiro massivo na instituição, por M.C.: *“... pude acompanhar o grande desenvolvimento ocorrido com essa biblioteca. Foi contratado como diretor, o Professor Abner Vicentini e a partir daí a biblioteca recebeu recursos financeiros para a montagem do seu acervo.”*

Desta forma, como já citado nos capítulos anteriores desta pesquisa, é possível interpretar o modo de atuação peculiar das ditaduras; investimentos nuns setores, cortes noutros, intensa monitoração e censura, ambos de forma a agirem beneficiando o governo vigente e seus

¹⁸ Constituiu parte da equipe de bibliotecários que planejaram o prédio definitivo da Biblioteca da UnB, foi diretor da Biblioteca de 1968 à 1976.

¹⁹ Texto disponível no livro Tópicos para o Ensino de Biblioteconomia, de Silva e Paletta.

interesses. “A simples distribuição de livros permitiu ao governo criar uma ilusão de política, uma impressão de que a informação estava oficialmente sendo disseminada” (LEITÃO, 2010, p. 121).

6.2 OS BIBLIOTECÁRIOS FRENTE AO GOLPE

Perguntas inclinadas para entender a visão e atuação política dos profissionais no período, inspirada em trechos do trabalho de Silva (s.d., p. 2):

Nos anos sessenta [no Brasil, período dos anos de chumbo] tem início um movimento dentro da Biblioteconomia preocupado com o compromisso e a responsabilidade social da profissão, [...]. As discussões se relacionavam aos ideais associados à profissão bibliotecária no que tange a neutralidade profissional, no desenvolvimento de coleções diante da censura e dos grandes grupos editoriais, assim como também a neutralidade dos sistemas de classificação com as suas problemáticas nos temas como: homossexualidade, religião, guerra, paz e etc. (SILVA, s.d., p. 2).

Sobre a posição dos bibliotecários frente ao golpe, nota-se uma atuação pacífica, de pouco a nenhum enfrentamento direto contra as regras indiretas do governo ou suas leis. E.S.: *“A maioria se escondeu, pois, havia muito medo.”*, B.L. completa: *“Fomos passivos. E não poderia ser diferente. A maioria dos bibliotecários naquela época não tinha afinidade com a política.”*

Quanto a isso é perceptível que, além do comodismo, medo e inseguranças, deve ser levado em consideração, também, a posição pessoal do sujeito, ante a profissão, pois sua inclinação política e ideológica guia sua atuação nas bibliotecas e vai dizer se este irá ou não se incomodar com a realidade da ditadura.

A premissa de que o bibliotecário não deve ser em sua prática profissional, nem de esquerda, nem de direita, ou de centro, devendo ser totalmente apolítico e neutro, trata-se também de uma maneira de utilizar os mesmos e as instituições como armas de controle. A neutralidade, em sua essência, supõe a aceitação acrítica da ideologia dominante, isso já é uma postura política, diante disto propõe-se que qualquer profissional da informação poderia aspirar ser mais independente, reflexivo, crítico e com um discurso contra ideológico, esta última premissa no que se refere ao bem comum visto que a ideologia generaliza interesses particulares (SKREPETZ, 2011 apud SILVA, V., 2016)

Ora, se o indivíduo corrobora com as falácias do governo, não tem porque se opor a ele, nem como cidadão, nem como profissional. Ainda em Silva (2016, p.4), temos a confirmação:

Em tempos de Regime Militar e de contracultura constituíram-se movimentos de alfabetização, cultura e educação popular como forma de reação a um sistema

educacional voltado para as elites dominantes, em alguns destes movimentos propunham-se a criação de bibliotecas nos bairros, mas mesmo com essa aproximação a “biblioteca” continuava neutra, e os bibliotecários não conseguiam atingir certo nível de crítica e de consciência da realidade social, que os levasse a enxergar e definir qual deveria ser o seu posicionamento dentro deste contexto “sócio-cultural-popular”. (SILVA, 2016, p.4).

Neste sentido entende-se que o bibliotecário é o primeiro censor da biblioteca e esta é inclusive uma longa discussão ética na biblioteconomia.

6.3 RELAÇÃO “PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO” X DITADURA

Considerando que os bibliotecários eram também professores, abertura nas perguntas para que descrevessem com conforto a experiência no total, inclusive na docência.

Neste item ficou mais claro que a postura crítica ao governo e as questões com as quais os bibliotecários não concordavam em geral, eram mais debatidas em sala de aula, B.L. enfatiza: *“Surpreendi-me, positivamente, ao encontrar alunos de biblioteconomia que, na medida do possível, participavam da política estudantil, que era quase toda contrária ao governo”*, pois este foi um fator comum entre os 3 profissionais, eram bibliotecários e professores atuantes.

Assim, todas as grandes ações de resistência ao golpe militar foram efetivadas em sala de aula, inclusive com alguns sendo retirados por forças policiais. E.S. relata: *“no final da década de sessenta, os policiais me retiraram da sala de aula duas vezes, pois a UnB combatia duramente a ditadura”*.

Ainda assim, percebe-se na fala dos entrevistados uma postura que hoje fariam mais para defender seus ideais. Aqui é válido reforçar, que a atuação do bibliotecário foi pacífica. Do “profissional da informação” (onde a licenciatura é validada) houve, sim, maior enfrentamento.

6.4 VIDA PESSOAL

Este tópico buscou entender brevemente as marcas e impressões que deixaram em cada entrevistado, ante ao profissional.

Na vida pessoal dos bibliotecários, várias mudanças ocorreram em virtude do golpe, como dificuldades de participar em eventos no exterior e até experiências constrangedoras com as burocracias da Universidade, por conta dos Atos Institucionais instaurados no período.

Por M.C.: *“A minha formatura em Biblioteconomia foi traumática. Ela foi programada para ser realizada no auditório da universidade. Com o AI-5 a solenidade foi transferida para*

um pequeno auditório fora da universidade. Assim, não houve tempo hábil para comunicar os amigos e parentes para participarem dessa importante solenidade. ”

E.S.: “Já na década de setenta, tive dificuldades para participar de eventos no exterior. Num clima de medo, o profissional rende muito pouco”.

Ainda assim, ironicamente, como finalizou B.L.: “Enfim, sobrevivi. ”

7 CENSURA E BIBLIOTECA: DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

A ditadura trouxe, como qualquer estrutura de poder, benefícios para a sociedade, muito se alavancou com financiamentos importantes para o país, programas como o Mobral, apesar de duramente criticado anos depois, proporcionaram a uma enorme quantidade de brasileiros o direito humano básico à educação. Investimentos massivos foram aplicados na infraestrutura, obras que, até hoje, são símbolos de desenvolvimento nacional. Mas, este mesmo sistema causou diversos débitos para a história, pois foi erguido em cima dos corpos da oposição. Os direitos fundamentais, tais quais, de opinião, de resistência, de se opor a um regime, foram muitas vezes brutalmente tomados e, assim, um rastro de dor marcado na história do país que, 21 anos depois da tomada do poder por meio de um golpe de estado, instaurou sua dita democracia.

Ao iniciar esta pesquisa, existia uma intenção em revelar as atrocidades por trás do golpe militar, isso foi feito e, sem nenhum esforço, foi lembrado de forma clara pelas entrevistas repassadas. Retomamos, com firmeza, o que aconteceu numa sólida pesquisa bibliográfica, contrariando o senso comum atual do caótico cenário político do qual esta pesquisa emerge. É necessário não ser simplista quando se trata de história.

Mas além do regime militar como contexto histórico e social, a intenção foi de resgatar o histórico da educação, sobretudo das bibliotecas. Numa biblioteca, ao se proibir leitura ou circulação do livro X ou Y, contraria-se os princípios da educação, do educador, do profissional da informação, que não tem função simplória de formar opinião, mas de guiar os passos, para que o sujeito com objetivo de possuir uma posição, possa ampliá-la com pluralidade e, a partir disto, formar sua própria convicção.

Para analisar, por fim, pontualmente a influência da ditadura militar nas atividades biblioteconômicas, com ênfase nos profissionais que atuaram na UnB, é necessário fazer uma avaliação que pressupõe o maleável das respostas e opiniões, pois vai, obrigatoriamente, de encontro com uma posição política e uma memória histórica, de quem lutou, apoiou ou passou politicamente despercebido. Não cabe argumentar ou analisar qual a memória “mais correta”, as respostas, como proposto, respondem as perguntas de forma clara e objetiva. É extremamente interessante observar como até a interpretação das perguntas sofrem alteração dependendo de quem lê. Na pergunta: “Sobre o usuário, o acesso ao acervo era livre e irrestrito?” E.S. considera que não, por haver censores atuando na biblioteca, ou seja, mesmo sem o aluno necessariamente saber se o censor estaria ou não, atuando naquele momento, o bibliotecário considerou que sua liberdade no acervo era mutilada. Já M.C. considerou que sim, era livre e

irrestrita, pois é política da biblioteca, desde a sua criação, permitir livre acesso fisicamente ao acervo. B.L. teve, de forma mediadora, este ponto de vista considerando as duas questões. Portanto, a forma como o profissional atuou em campo e como ele entende a dicotomia liberdade x ditadura, influencia em interpretação da questão e resposta.

Desta forma, é possível avaliar, ainda que superficialmente que, profissionalmente, os bibliotecários, como quaisquer outros profissionais, tiveram problemas com o estado e/ou censuras diretas, caso se incomodassem com o governo e se opusessem ao mesmo. Caso contrário, passaria despercebido em suas vidas cotidianas, com exceção de um ou outro acontecimento, como foi o caso de M.C., com a influência do AI-5 em sua colação de grau.

Para a educação, como descrito, houveram diversos avanços em variados ramos culturais e educacionais, mas numa condição engessada; investimento para o que beneficiava o governo e suas tomadas de decisão bem como a ampliação de poder. Vargas, no estado novo, já havia entendido esta situação, controlando a cultura e a memória nacional do povo. Assim, salientamos que, trabalhos que cutucam as grandes memórias nacionais têm grande relevância e extrema importância para o presente e o futuro.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto veio como motivação pessoal em um momento importante da política nacional, onde, numa dicotomia cega, dois grandes partidos brigavam pelo poder e uma massa, que entendia de pouco ou quase nada de política, serviu de manobra para outra tomada de poder antidemocrática. Aqui não cabe inclinar favoritismo para o partido A ou B, mas demonstrar que, como foi citado na justificativa, o povo que não conhece sua história, é fadado a repeti-la. E que quando se tem um possível candidato à presidência que homenageia, durante caótica votação de impeachment, coronel Brilhante Ustra, famoso pelos métodos de tortura variados, que, entre os crimes cometidos, inseria ratos na vagina de mulheres grávidas nos porões do DOPS, e a população não se assusta com esse fato, esse é um dos reflexos máximos e mais caricatos da ignorância desse povo. Provavelmente, o objeto de estudo não seria 1964, se a realidade de 2016 fosse politicamente mais amena, mais reflexiva, mais consciente.

Ao longo do trabalho constatou-se, inclusive em outras leituras, que não foi simplesmente um golpe militar o que ocorreu, apesar do termo ser nacionalmente associado e a explicação longa, tratou-se de um golpe militar-civil. O pandemônio não duraria duas décadas não fosse a corroboração da população, manipulada pela grande mídia.

As hipóteses do trabalho se confirmaram com pesquisas e entrevistas, o que dificilmente seria outro resultado, considerando que foi involuntário olhar décadas atrás, analisar o que aconteceu e perceber suas raízes na atualidade. Como sujeito, pôde-se perceber que não é possível falar de censura de livros sem passar por nomes tão importantes na história e a violência que os acompanha. Fazer o apanhado histórico da ditadura já é, em si, um banho de sangue. E, ainda assim, percebe-se que foi possível expor com clareza todo o processo pelo qual se deu a tomada de poder dos militares, bem como seus resultados, o que foi feito na intenção de deixar na academia as conclusões tomadas, jogando luz neste período a quem queira compreender a história. Se academicamente o dever foi cumprido, pessoalmente a satisfação é ainda maior.

Os profissionais entrevistados que atuaram no período, descrevem a via de mão dupla tão explorada no trabalho: investimentos em alguns setores, cortes em outros, ambos de forma a proporcionar maior controle do governo sobre a educação. Nas bibliotecas, censuras severas sobre temas famigerados, o que possibilitam, mesmo que remotamente, a revolução, a inconformidade com o governo e a resistência ao mesmo. Ainda, temas que eram considerados impróprios, imorais, como sexo, homossexualidade, drogas e quaisquer assuntos que “manchassem a honra”, honra essa que, sem o menor entendimento de educação, realizava

censuras absurdas e abusivas, muitas vezes, inclusive, desconsiderando que mesmo temas ditos “errados”, são necessários para formação do sujeito e devem, sim, ser abordados em sala de aula, bibliotecas, espaços de convivência. Esse é um problema recorrente em governos autoritários, profissionais que não são da área alterando as estruturas dos setores que não lhes diz respeito. Os resultados são desastrosos e, muitas vezes, de demorada e difícil resolução. Repressões severas em nome da honra, a mesma honra que torturava, matava e ocultava corpos.

Na UnB, ocorreram investimentos massivos, também, na tecnologia e em desenvolvimentos de projetos exuberantes, porém, a um preço absurdamente caro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maurício B. **Noções básicas sobre metodologia de pesquisa científica**. Disponível em: <<http://mba.eci.ufmg.br/downloads/metodologia.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2016.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **O discurso do livro como discurso do estado**: estudo de caso do INL. 220 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 1991.

ARRUDA, Guilhermina Melo. **As práticas da biblioteca pública a partir das suas quatro funções básicas**. Disponível em: <<http://bibliotecaproduz.files.wordpress.com/2009/06/as-praticas-da-biblioteca-publica-katty.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2016.

BARBOSA, Walmir. **Estado e poder político em Marx**. Disponível em: <http://www.goiania.ifg.edu.br/cienciashumanas/images/downloads/artigos/estado_poderpolitico_marx.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2016.

BEISIEGEL, C. R. **Ação política e expansão da rede escolar**. Pesquisa e Planejamento: São Paulo, 1964. p. 99-198.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação e sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil republicano, v. 4. São Paulo: Difel, 1984, p. 381-416.

BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **Matrizes**, São Paulo, v. 2, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/97>>. Acesso em 14 jun. 2016.

CHAFFE, Bruna Abatti. **A ditadura militar no Brasil e o controle da informação**: relatos de censura nas bibliotecas da UFRGS. Orientadora: Marlise Maria Giovanaz, 2009, 62 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/22708>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador; conversações com Jean Lebrun.** São Paulo: UNESP/IMESP, 1999.

CÔRTE, Adelaide Ramos e [et al] (Orgs). **Bibliotecário: 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil - 1965-2015.** Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/pdf/Livro-50-anos-Conselho-Federal-de-Biblioteconomia.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CUNHA, Lucas Evandro Ferreira; ALVES, Tamar Kalil de Campos. **Os acordos MEC-USAID e seu impacto no sistema de ensino superior brasileiro.** Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada12/artigos/2/artigo_eixo2_81_1410814891.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2016.

CUNHA, Murilo Bastos da; DIÓGENES, Fabiene Castelo Branco. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 100-123, set. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p100>>. Acesso em: 2 out. 2016.

DANNER, Fernando, OLIVEIRA, Nythamar Fernandes de. **Michel Foucault e a modernidade: a emergência do estado liberal e a instauração da biopolítica.** Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/online/IIImostra/Filosofia/62758%20-%20FERNANDO%20DANNER.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços.** 3. ed. Campinas: Ed. Papyrus, 1997, 111 p. **Exercício para definição do objetivo geral e dos objetivos específicos.** Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/8893/material/Exerc%C3%ADcio%20para%20defini%C3%A7%C3%A3o%20do%20objetivo%20geral%20e%20dos%20objetivos%20espec%C3%ADficos%20TCC.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2016.

FARIAS, VINICIUS. **Como surgiram as primeiras bibliotecas públicas do mundo.** Disponível em: <<https://sentinelanoescuro.wordpress.com/2012/09/21/como-surgiram-as-primeiras-bibliotecas-publicas-do-mundo/>>. Acesso em: 12 set. 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A trajetória política de João Goulart**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/apresentacao>>. Acesso em: 4 abr. 2016. Não paginado.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 24^a ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. **A política editorial do Instituto Nacional do Livro no regime militar**. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_AndreaGalucio_A_politica_editorial_do_Instituto_Nacional_do_Livro_no_regime_militar.pdf>. Acesso em: 13 set. 2016.

HONESTINO Monteiro Guimarães. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/honestino-monteiro-guimaraes/>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

LEITÃO, Bárbara Júlia. **Biblioteca públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar**. Niterói e Rio de Janeiro: Intertexto : Interciência, 2011.

LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Emma Nadir. **A memória e o ensino de história**. Santa Cruz do Sul: Edunisc; São Leopoldo: ANPUH/RS, 2000.

MARCELINO, Mariane Amboni. **A ditadura militar e os livros didáticos de história**. 2009. Monografia (Pós-graduação em História Ensino e Linguagens) - Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC, Criciúma, 2009. Disponível: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/00003D/00003D43.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARKUN, Paulo. **Meu querido Vlado**. São Paulo: Objetiva, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. v. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

RAMOS, Ciro de Moura, MICHALANY, Douglas. **Educação moral, cívica e política**. 2ª ed. São Paulo: Gráfica Michalany, 1971.

REIMÃO, Sandra. "Proíbo a publicação e circulação..." – censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**. v. 28 n.80 São Paulo, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100008>. Acesso em: 7 jul, 2016.

SILVA, Ailton José da. A Ideia de Poder em Foucault: o Estado e a Arte de Governar. **Revista Μετάνοια**, São João del - Rei/MG, n.12, p.19-37. 2010. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalable/ailton.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SILVA, José Fernando Modesto da; PALETTA, Francisco Carlos (Orgs.). **Tópicos para o ensino de Biblioteconomia**: v. I. São Paulo: ECA-USP, 2016.

SILVA, Vagner Rodolfo da. **Biblioteconomia e política**: luta de classes, acesso à informação e cidadania. Disponível em: <<https://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/10/biblioteconomia-e-polc3adtica-luta-de-classes-acesso-c3a0-informac3a7c3a3o-e-cidadania.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2016.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2004, vol. 24, n. 47, pp. 13-28. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 4 abr. 2016.

UNIVERSIDADE de Brasília. **Biblioteca Central**. Disponível em: <http://www.bce.unb.br/sobre-a-bce/>. Acesso em: 2 jul. 2016.

UNIVERSIDADE de Brasília. Disponível em: <http://www.unb.br/sobre>. Acesso em: 2 jul. 2016.

ANEXO – ENTREVISTAS

- **Você identifica alguma mudança notável na biblioteca da UnB após o golpe de 64?**²⁰

E.S; Mudança total, como não há mais censura podemos selecionar o material bibliográfico de uma forma democrática.

M.C; Por ter sido contratado como auxiliar de biblioteca em 1965, ficando lá até meados de 1972 pude acompanhar o grande desenvolvimento ocorrido com essa biblioteca. Foi contratado como diretor o Professor Abner Vicentini e a partir daí a biblioteca recebeu recursos financeiros para a montagem do seu acervo. Inúmeras bibliotecas privadas foram adquiridas, havia um acelerado processo de aquisição de livros e assinatura de periódicos para montar de forma rápida uma biblioteca básica para os cursos que estavam sendo criados na universidade.

- **Seu trabalho, como bibliotecário, foi cerceado de alguma forma?**

E.S; Sim, no final da década de sessenta os policiais me retiraram da sala de aula duas vezes, pois a UnB combatia duramente a ditadura.

M.C; Formei-me em Biblioteconomia em dezembro de 1968. A partir daí e até meados de 1972 trabalhei na biblioteca da UnB como bibliotecário. Nunca tive nenhum problema em exercer a profissão de bibliotecário.

B.L; Em 1979, no Ministério da Saúde, sabia que a Divisão de Segurança e Informação (DSI) observava meu trabalho, principalmente a publicação de resumos de trabalhos de saúde pública. O secretário geral do ministério avisou-me disso, mas não mandou que eu mudasse o que vinha fazendo.

²⁰ Aqui percebe-se uma confusão semântica, “após o golpe” se referia ao imediato –à ditadura-, os entrevistados entenderam “após o golpe” – hoje, na democracia vigente-. Ainda assim, as respostas foram amplamente proveitosas.

- **Existia alguma lista de livros proibidos? Foi necessário a exclusão de algum material do acervo?**

E.S; Sim, todos os livros de Marx, de Guevara, Jorge Amado, etc.

M.C; Não existia lista dos livros proibidos de serem adquiridos. É claro que havia censura oficial na época e muitos títulos foram proibidos de serem publicados – isto também afetou filmes e peças teatrais. Não tenho conhecimento de retirada de documentos do acervo. Voltei para a UnB em 1978 como professor de Biblioteconomia, ficando afastado para cursar o doutorado no exterior até meados de 1982. Em 1985 fui nomeado diretor da Biblioteca Central e, nessa oportunidade é que tive conhecimento da existência de um pequeno acervo de livros que haviam sido guardados no cofre da Seção de Obras Raras. Esses livros eram em sua maioria relacionados à ciência política. Todos eles foram retornados ao acervo geral. Portanto, esse acervo provavelmente deve ter sido separado entre 1972 a 1985 – época em que eu não mais estava trabalhando na biblioteca.

B.L; Minha participação foi na comissão do projeto arquitetônico. Não chegou ao meu conhecimento a existência de listas.

- **Sobre o usuário, o acesso ao acervo era livre e irrestrito?**

E.S: Nem tanto, pois haviam muitos agentes infiltrados na Biblioteca.

M.C; Sim, esta foi uma característica da Biblioteca da UnB desde o seu início em 1962: acesso livre e irrestrito às estantes.

B.L; O acervo sempre foi aberto e o acesso era livre. No prédio novo (atual) havia um cofre-forte onde eram guardados materiais mais raros. É provável que ali também tivessem abrigo livros proibidos. Lembro-me de uma ocasião quando chegou um pacote pelo correio, oriundo da China, com alguns exemplares do Livro Vermelho do Mao Tse-tung e alguns broches com a efígie dele. O diretor, Elton Volpini, recolheu tudo a esse cofre. Não sei que fim levaram.

- **Houveram casos de "censores" atuando na biblioteca?**

E.S; Muitos principalmente na seleção e aquisição de livros. O Governo exigia que a Biblioteca Central selecionasse os livros com convênio MEC/USAID²¹.

M.C; Não tenho conhecimento.

- **No caso da aquisição e tratamento técnico do acervo, houveram proibições e/ou alterações no que era habitual da biblioteca?**

E.S; Sim, pois a biblioteca deveria privilegiar os livros favoráveis à ditadura.

M.C; Não tenho conhecimento.

B.L; Não tenho elementos comprobatórios disso. Por conversas informais percebia que havia uma atitude preventiva dos bibliotecários, que não queriam complicações com o pessoal da segurança. Isso se traduzia numa espécie de censura preventiva. Havia durante quase todo o período militar uma divisão de informações junto à reitoria e que era ligada ao SNI²² e havia informantes.

- **Como você percebe a atuação dos bibliotecários frente ao golpe?**

E.S; A maioria se escondeu pois havia muito medo. Uma classe que teve um comportamento louvável foi a OAB.

M.C; Normal, similar aos outros profissionais. Poucos bibliotecários eram filiados a partidos políticos e, fora deles, a atuação política era muito limitada.

²¹ Os acordos MEC-Usaid foram um conjunto de ações pactuadas na década de 1960, convergindo para um programa abrangente, com o intuito de modernizar o Sistema de Ensino Brasileiro, incluindo as universidades. Planejando um novo Sistema embasado na experiência norte-americana na área educacional. - OS ACORDOS MEC-USAID E SEU IMPACTO NO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO, Lucas Evandro Ferreira Cunha.

²² Serviço Nacional de Informação.

B.L; Fomos passivos. E não poderia ser diferente. A maioria dos bibliotecários naquela época não tinha afinidade com a política. Surpreendi-me, positivamente, ao encontrar alunos de biblioteconomia que, na medida do possível, participavam da política estudantil, que era quase toda contrária ao governo. Tivemos uma aluna que participou e foi presa naquele congresso da UNE em Ibiúna, SP. Seria Yone²³ o nome dela? O professor M.C talvez se lembre.

- **Como você resumiria seu papel como profissional da difusão da informação em uma ditadura? Qual foi sua postura geral?**

E.S: Eu poderia ter feito muito mais, mas faltava parceria e conhecimentos.

M.C; Uma postura otimista, pois, é sabida que todas as coisas têm um ciclo de vida. Assim, o período militar também atingiu o seu término. Como profissional da difusão da informação era importante adquirir o máximo de informação relevante para biblioteca, atender as necessidades de informação dos usuários, prestando, portanto, um bom serviço profissional.

B.L; O meu papel? Procurei, no setor em que atuei como profissional, que era o da saúde pública, promover o amplo acesso e a maior difusão possível de estudos e pesquisas que contribuía para o melhor conhecimento de nossas deficiências, sem vacilações. Nas aulas, assumia uma atitude crítica em relação à realidade. Sabia que havia olhos ao redor que serviam ao regime.

- **Qual sua opinião, como profissional, para com a intervenção militar?**

E.S; Foi um período que o Brasil foi totalmente dominado pelo interesse capitalista. Na guerra perdemos excelentes patriotas e intelectuais além dos estudantes.

M.C; Mesma resposta anterior.

B.L; Representou o desvio de um caminho que poderia ter sido mais combativo e do qual teria resultado uma atividade mais comprometida com o lado social da biblioteconomia.

²³ Preferimos não aprofundar nesta questão.

- **De modo geral, como o golpe refletiu em sua vida profissional e pessoal?**

E.S: Já na década de setenta tive dificuldades para participar de eventos no exterior. Num clima de medo o profissional rende muito pouco.

M.C; Primeiramente, a minha formatura em Biblioteconomia foi traumática. Ela foi programada para ser realizada no auditório da universidade. Com o AI-5 a solenidade foi transferida para um pequeno auditório fora da universidade. Assim, não houve tempo hábil para comunicar os amigos e parentes para participarem dessa importante solenidade. A partir daí os colegas, agora bibliotecários formados, passaram a viver uma vida profissional sem muitas ligações políticas – ressalta-se que, naquela época, praticamente todos trabalhavam para órgãos públicos.

B.L; O golpe foi um acontecimento que alterou ampla e profundamente a vida do país. Todas as classes e grupos, direta ou indiretamente, foram atingidos. No meu caso, que vivia no Rio, causou uma ruptura e distanciamento no círculo de minhas amizades. De 1964 a 1968 estive afastado de atividades onde se discutisse ou se fizesse política. Isso me levou a me acercar de colegas bibliotecários e a buscar alguma participação no setor. Veja que somente em 1967 é que participei de um congresso de biblioteconomia. Acho que já era o quinto. Realizou-se em São Paulo e foi lá onde conheci pessoalmente o Edson Nery da Fonseca, que me convidou para ser professor na UnB. Esse convite se devia ao fato de que o golpe provocou o afastamento de muitos professores e havia uma desconfiança por parte de quem era convidado.

Para mim, individualmente, posso até dizer que, se o golpe teve alguma influência em minha vinda para Brasília, foi uma influência boa. A mudança da família para Brasília foi o fato mais importante de nossas vidas. É claro que a repressão existia. Por exemplo, ganhei uma bolsa de estudos do Conselho Britânico, em 1976, para fazer o mestrado na Inglaterra. Mas o SNI não me dava autorização para me ausentar do país, por causa de um inquérito a que tive de responder, acusado de atividades subversivas, mas em que a justiça militar não me pronunciara. Ou seja, nem mesmo havia sido indiciado. O vice-reitor, que, na época, já era reitor, nada fez para que me fosse concedida autorização da viagem. Quem conseguiu obter a autorização do ministro da Educação foi o então vice-reitor, o professor Marco Antônio Rodrigues Dias, que estava às turras com o Azevedo e que era muito amigo do ministro da Educação.

Enfim, sobrevivi.

- **Em sua entrevista para a revista de 50 anos do Conselho Federal de Biblioteconomia, o senhor afirmou que, foi convocado para uma entrevista com o vice-reitor da UNB, que desempenhava o papel de interventor da ditadura na universidade. Como funcionava, para a UnB, essa intervenção? – Direcionada somente para o professor B.L, por questão de atuação profissional.**

B.L; Em primeiro lugar, era uma intervenção "legal". O reitor, que havia sido nomeado pelo governo militar, e que era um civil sério e correto (Caio Benjamin Dias, oriundo da UFMG), aceitou uma indicação que os militares fizeram. Ele foi nomeado para o cargo e ninguém discutiu o fato. Era um cara que desempenhava, com precisão militar, a função para a qual fora designado. E havia uma acomodação generalizada. Foi somente no final da década de 1970 que começaram a surgir os primeiros movimentos organizados, como a fundação da ADUnB²⁴, da qual participei. Professores e funcionários podiam ser demitidos sem maiores explicações. Não éramos funcionários públicos. A UnB, como fundação, tinha seu quadro de pessoal regido pela CLT, conforme a lei de sua criação. Isso também garantia que nossos salários não precisavam acompanhar os que eram pagos ao pessoal das universidades federais. Ganhávamos bem mais do que eles.

- **O senhor foi diretor do INL, o que você pontuaria de positivo para as bibliotecas públicas a partir deste instituto? – Direcionada somente para o professor E.S, por questão de atuação profissional.**

E.S; A grande virtude do INL foi colocar o livro na agenda do Governo. Tentamos implantar um Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, mas faltavam profissionais para operar essas bibliotecas. O Governo também não tinha consciência da necessidade de se formar um público leitor, pois um povo consciente não aceita um regime ditatorial.

- **Caso possível, me indique profissionais que trabalharam contigo no INL e/ou na UNB no período ditatorial, e poderiam abranger os relatos para esta pesquisa. – Somente para prof. E.S -**

²⁴ Associação dos Docentes da Universidade de Brasília.

E.S; Um bom nome é o do Professor B.L – Em seguida também citou o prof. M.C. -

Ao ser questionado, em e-mail informal posterior, sobre um detalhamento mais sólido a respeito da censura de seu trabalho, e o fato de ter sido retirado de sala por policiais, E.S respondeu da seguinte forma:

Era normal encontrar a polícia invadindo a UnB. Na maioria das vezes eles entravam na sala de aula e retiravam um ou outro aluno. Levavam todos para uma quadra de tênis e ali passávamos um longo tempo. Após a identificação alguns eram levados para a prisão e a maioria liberados. Lembro que um dia fui cortar o cabelo e de repente a polícia invadiu o Campus e levaram com muita violência o Honestino Monteiro Guimarães²⁵ que era o grande líder estudantil. Seu corpo nunca foi encontrado. Lembro também que a Embaixada dos Estados Unidos resolveu fazer uma doação de 10 mil livros para a Biblioteca. Os estudantes começaram a protestar, a polícia invadiu a Biblioteca e foi um massacre. Abraços.

“2 de agosto: a Alemanha declarou guerra à Rússia. Natação à tarde.”

Franz Kafka

²⁵ Desaparecido político em 10 de outubro de 1973. Aluno da Universidade de Brasília (UnB). Em agosto de 1968, forças do Exército e da polícia política invadiram a UnB para cumprir mandados de prisão contra Honestino e mais sete lideranças estudantis. Vinte anos depois, em 1996, o Estado reconheceu a responsabilidade por seu desaparecimento, quando a família de Guimarães recebeu um atestado de óbito do estudante, sem mencionar a causa da morte. Em abril de 2014, Honestino Guimarães foi oficialmente anistiado político *post mortem* pelo governo federal. O Ministério da Justiça determinou a retificação do atestado de óbito para que constasse como causa da morte “atos de violência praticados pelo Estado”. Honestino foi declarado anistiado em setembro de 2013, em solenidade na UnB, onde estudou Geologia. Texto completo disponível em <http://memoriasdaditadura.org.br/>.